

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

NOME AUTOR CX ALTA 14

**ANÁLISE DO MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER NO
TIKTOK**

Recife/ PE

2021

NOME AUTOR CX ALTA 14

ANÁLISE DO MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER NO TIKTOK

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo, com ênfase em Comunicação Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. **XXXXXXXXXXXX**

Recife/ PE

2021

SOBRENOME, Nome.

ANÁLISE DO MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER NO TIKTOK.

Nome do autor. Local: Recife/ PE.

2021

94 páginas.

1. XXXXX. 2. XXXXXX XXXXXX. 3. XXXXXXX.

TERMO DE APROVAÇÃO

O artigo intitulado **ANÁLISE DO MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER NO TIKTOK**, apresentado por **Nome do Autor 14**, como exigência para a obtenção do título de Especialista em Jornalismo, com ênfase em Comunicação Social, à Banca Examinadora da Universidade Federal de Pernambuco, obteve nota **___**, para aprovação.

BANCA EXAMINADORA

NOME DA ORIENTADORA (UXX)

ORIENTADORA

NOME DA CONVIDADA (NOME DA INSTITUIÇÃO)

CONVIDADA

NOME DO CONVIDADO (NOME DA INSTITUIÇÃO)

CONVIDADO

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que sempre foi o autor da minha vida e do meu destino.

Às pessoas que estiveram ao meu lado ao longo de toda vida: meus pais, meus irmãos, e meu esposo que não mediram esforços para me dar apoio.

Aos amigos e que me incentivaram todos os dias. (EXEMPLO)

AGRADECIMENTOS

opcional

RESUMO:

Este estudo busca analisar o que é o movimento *Black Lives Matter* (BLM), bem como sua evolução por meio das plataformas e redes sociais, sendo o Tiktok o foco deste trabalho. Para tanto, este construto utilizou uma metodologia qualitativa e descritiva, que fundamenta o estudo por meio de documentos e literaturas disponíveis, e, ainda delibera quais os percursos a serem seguidos. O mundo viveu o advento das tecnologias no século passado, contudo essas tecnologias não param de evoluir suas ferramentas e seu alcance global, que possui consequências reais no mundo 'off-line' da nossa atualidade. É esperado que essas evoluções sejam algo constante dentro das tecnologias, e que, portanto, demandam atenção contínua de suas contribuições tanto positivas quanto nocivas para a sociedade. Para o BLM, as ferramentas online foram primordiais tanto para o compartilhamento dos objetivos do movimento quanto para o aumento de adeptos e seguidores online, porém, nota-se que, devido à tamanha divulgação, o número de conflitos causados em nome do BLM também ganhou maior proporção. Uma das razões para a ampliação do alcance do movimento foi à produção de conteúdo na plataforma Tiktok, que gerou, em contrapartida, uma resposta peculiar em relação ao aumento do fluxo de vídeos com conteúdo político e de conflitos nas ruas, bem como cenas gráficas de violência policial. Portanto, ressalta-se a importância de se ter cada vez melhores filtros para os conteúdos e perfis propagados, pois a influência da plataforma pode, também, ameaçar a cultura de uma sociedade, bem como a soberania política de um país. Conclui-se que a tecnologia é 'uma faca de dois gumes', pois tanto ajuda vidas em risco quanto as coloca, e cabe às autoridades em geral estarem sempre a fiscalizando.

Palavras chave: Tiktok. *Black Lives Matter*. Redes Sociais. Ativismo Digital. Movimento Antirracista.

ABSTRACT:

This study seeks to analyze what the Black Lives Matter (BLM) movement is, as well as its evolution through platforms and social networks, with Tiktok being the focus of this work. For this purpose, this construct used a qualitative and descriptive methodology, which supports the study through available documents and literature, and also deliberates which paths to follow. The world experienced the advent of technologies in the last century, however these technologies do not stop evolving their tools and their global reach, which has real consequences in today's 'offline' world. It is expected that these evolutions are something constant within the technologies, and that, therefore, they demand continuous attention from their contributions, both positive and harmful to society. For BLM, online tools were essential both for sharing the movement's goals and for increasing online supporters and followers, however, it is noted that, due to such publicity, the number of conflicts caused in the name of BLM also gained greater proportion. One of the reasons for the expansion of the movement's reach was the production of content on the Tiktok platform, which, on the other hand, generated a peculiar response regarding the increase in the flow of videos with political content and conflicts in the streets, as well as graphic scenes from police violence. Therefore, the importance of having better filters for the propagated content and profiles is highlighted, as the influence of the platform can also threaten the culture of a society, as well as the political sovereignty of a country. It is concluded that technology is 'a double-edged sword', as it both helps lives at risk and puts them, and it is up to the authorities in general to be always monitoring it.

Keywords: Tiktok. Black Lives Matter. Social Networks. Digital Activism. Anti-Racist Movement.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - JUSTIFICATIVA.....	03
1. OBJETIVOS.....	04
1.1 Objetivo Geral	04
1.2 Objetivos Específicos	05
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	06
2.1 Formulação da Hipótese da Pesquisa	06
2.2 Método da Pesquisa.....	07
2.3 Tipo de Pesquisa	10
2.4 Natureza da Pesquisa	12
2.5 Objetivo do Método da Pesquisa	13
2.6 Classificação da Pesquisa.....	14
2.7 Problema	15
CAPÍTULO III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
3.1 <i>Internet</i> e Participação Política	16
3.2 <i>Internet</i> e Cibercultura	20
3.3 Política atual: contexto histórico e redes de ação	25
3.4 Participação em rede: usos e práticas	30
CAPÍTULO IV - Cidadania digital e vozes alternativas.....	36
CAPÍTULO V - MEDIATIVISMO	42
5.1 A Mídia Radical: Política, Comunicação e Movimentos Sociais.....	42
5.2 Midiativismo.....	52
CAPÍTULO VI - ANÁLISE DO MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER NA PLATAFORMA DO Tiktok.....	65
6.1 Contextualização da plataforma Tiktok entre demais redes sociais	65
6.2 Funcionamento da plataforma Tiktok.....	68

6.3 Tiktok na abordagem política e ativista.....	72
6.4 Movimento #BlackLivesMatter	75
6.5 Movimento #BlackLivesMatter no Tiktok	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS:

Imagem 01: Interface da plataforma do Tiktok.....	66
Imagem 02: Compartilhamento de vídeos no Tiktok.....	67

SIGLAS

ADL	<i>Anti-Defamation League</i>
BLM	<i>BlackLivesMatter</i>
EUA	Estados Unidos da América
IMC	<i>Independent Media Center</i>
NMS	Novos Movimentos Sociais
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações não Governamentais
SRS	Sites de Redes Sociais
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
www	<i>World Wide Web</i>

INTRODUÇÃO:

Este estudo busca analisar o movimento ativista *Black Lives Matter* no Tiktok, verificando o contexto político-social do movimento de justiça racial e sua presença *online* e uma análise dos impactos do BLM no Tiktok. Nesse sentido, será analisado como a plataforma lida com os conteúdos propagados, os quais não condiziam com suas políticas de uso original, bem como as questões de vivência de produtores de conteúdos sobre os negros e como o Tiktok lida com o que é produzido por pessoas negras, em relação ao banimento, à diminuição da exposição do conteúdo na *Timeline*, e ao silenciamento ofertado por ela.

Trata de uma pesquisa que pretende desvelar sobre o ativismo digital em meio a uma discussão teórica sobre o referido tema, tendo como objeto analisado o movimento do uso da ferramenta do Tiktok Scraper no Github, buscando compilar o metadata das *Hashtags* do BLM na plataforma, analisando dados que possam ser coletados, levando em conta o momento atual das questões da pandemia do COVID-19 que o mundo vive atualmente.

Deve-se ressaltar que o estudo não irá se restringir somente nas ações do BLM nas ruas, mas sim a própria questão racial nos Estados Unidos da América (EUA), onde se verifica ainda nesse século XXI uma violência policial, o racismo sistêmico, dentre outros movimentos racistas ocorridos neste país. Essa análise em si verificará como esse ativismo digital em específico foi de tamanha relevância, mudando os parâmetros do Tiktok sobre que tipo de conteúdo que pode ser veiculado na plataforma.

A *internet* tem se consolidado como um dos principais meios de busca de informações e entretenimento nos últimos anos. A comunicação de todos para todos está reconfigurando a maneira tradicional, uma vez que se dá de forma menos centralizada e mais colaborativa. As novas formas de distribuição e seleção de conteúdos em que os usuários podem publicar e acessar ao mesmo tempo estão mudando os rumos do processo democrático.

O possível aprofundamento democrático surge em consonância com essas novas plataformas que se apresentam de forma singular, de modo que o diálogo e a simultaneidade permitem a disseminação das informações sem os mediadores oficiais das mídias de massa. Os impactos dessa maneira de conectar e interagir ainda estão sendo observados.

Desta forma, qualquer um pode consultar informações sobre as instituições públicas de seu interesse, o que tem resultado em mais ação política e mobilizações. Utilizar esse espaço como produção de convivência, debates e tomadas de decisões tornou a participação política viável do ponto de vista do cidadão.

Assim, o presente estudo fará uma análise do uso político e ativista da plataforma Tiktok, identificando as potencialidades do aplicativo, que mistura rede social com o compartilhamento de vídeos de curta duração. A plataforma ainda é recente e voltada ao entretenimento, mas bastante popular e com grande potencial para ativismo, campanha eleitoral ou simples manifestação de opinião. Para isso, o estudo realiza uma revisão da literatura já existente sobre a rede social e o seu impacto social, tendo como exemplo o Movimento *#BlackLivesMater* para contextualizar o presente momento.

Como resultado, nota-se que o Tiktok ainda é pouco estudado e possui pouca literatura em interface com a comunicação política, porém a busca evidencia que há espaço para conteúdos politizados, inclusive com altos números de visualização e interação.

Nesse sentido, este estudo se dividirá em capítulos, no qual o primeiro trata da justificativa, do problema e dos objetivos deste estudo. No segundo será descrita uma fundamentação teórica, descrevendo sobre a *internet*, cibercultura e política. No terceiro capítulo será abordada a cidadania digital e vozes alternativas. No quarto capítulo será mencionado o midiativismo e os movimentos sociais. Já no quinto capítulo será feita uma análise do movimento *Black Lives Matter* na plataforma do Tiktok, para que ao final se possam verificar os prós e contra de esse movimento se fazer existente e de se beneficiar das tecnologias e redes sociais para sua ascensão.

CAPÍTULO I - JUSTIFICATIVA

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se tornam um objeto de estudo relevante, na medida em que os impactos da *internet* nos setores político, cultural e social ficam cada vez mais visíveis. Estudar essa nova forma de se comunicar é importante para agregar conhecimentos sobre as práticas cotidianas e sociais de interação no ambiente digital. A vida pública, em especial o que diz respeito ao cidadão e seu potencial de participação política, está sendo afetada pela comunicação em rede mesmo que sirva em alguns casos apenas para complementar ação do mundo concreto.

A *internet* incrementa as formas clássicas de ação política, permite também enriquecê-las, ou até mesmo democratizá-las ainda que com muitas limitações. Observando esse novo território é possível perceber o quanto ele reflete as assimetrias de capacidade de discurso e formação de opinião que já existem nas relações sociais não virtuais.

A liberdade de expressão e a possível neutralidade da internet podem diminuir as disparidades na produção discursiva. Outra vantagem é a disseminação de informações de interesse público de muitos para muitos a custos econômicos muito baixos e numa velocidade assustadoramente rápida o que muda bastante a dinâmica do jogo político, tanto para o bem como para o mal. O poder de participação e de decisão é amplificado mesmo diante de problemas como acesso limitado, manipulação de dados dos algoritmos das redes sociais, desigualdades econômicas e exclusão digital no Brasil.

Além disso, investigar as contribuições da rede para a democracia e verificar os efeitos da participação na vida dos usuários até mesmo pela incipiência das TIC, se faz importante para saber o potencial de fato do exercício da cidadania pela *internet*.

O tema é extremamente interessante e está em voga nas discussões acadêmicas e no debate público, por conta das transformações socioculturais e

políticas que vêm se dando nas últimas décadas com o desenvolvimento e o acesso à internet. Nesta mesma direção, a abordagem busca investigar e cartografar a participação política por meio do Tiktok. Como também analisar criadores de conteúdos independentes que buscam outras singularidades comunicativas, sobretudo na plataforma que têm tido um papel de ascensão nas discussões políticas dentre a população mais jovem.

1. OBJETIVOS

Nesse sentido, este estudo terá um objetivo geral e alguns específicos, conforme exposto a seguir.

1.1 Objetivos Gerais

Enquanto objetivo geral tem-se a busca em compreender as novas formas de ações coletivas na *web* por meio da participação política a partir das mobilizações sociais e ativismo político que ganham força no Tiktok e que contribuem para o debate democrático.

1.2 Objetivos Específicos

Assim, para se delimitar o tema e abranger ao máximo a pesquisa, se formulou os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar as novas formas de comunicação em rede e de participação popular nos debates públicos via movimentos organizados *on-line*;
- Problematizar a estreita relação entre comunicação e informação na internet apontando os casos em que grupos organizados por uma causa de fato conseguiram comunicar a sociedade sobre suas demandas, ao mesmo tempo pontuar a guerrilha de informações como constante midiática e como isso contribui ou não para a legitimidade da democracia (sua função está sendo cumprida?); e,
- Investigar se a comunicação via internet e suas práticas de interação apresentam resultados satisfatórios na participação política dos cidadãos e para os movimentos sociais ou grupos organizados *on-line* nas causas/interesses que estão envolvidos.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Metodologia é uma ciência, a qual estuda os métodos utilizados no processo de desenvolvimento da construção do conhecimento, que, conforme o autor Sérgio Francisco Costa explica, “é uma disciplina que se relaciona com a epistemologia e consiste em estudar e avaliar os vários modelos disponíveis, identificando suas limitações ou não no âmbito das implicações de suas aplicações” (COSTA; 2001, p.04).

Assim, continuando com o referido autor, compreende-se que método é o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, desde sua inicial elaboração de suas hipóteses, quanto ao final diante aos resultados conclusivos, ou seja, é uma sequência de etapas que serão vivenciadas de forma sistematizada na busca da verdade (COSTA; 2001, p.46).

2.1 Formulação da Hipótese da Pesquisa

Seguindo nesse sentido, a pesquisa se beneficia do método de racionalismo crítico, que segundo os autores Alves-Mazzotti e Gewandszajder, esse método foi criado pelo filósofo Karl Popper, o qual ensina que “a busca do conhecimento se inicia com formulações de hipóteses que procuram resolver problemas e continua com tentativas de refutação dessas hipóteses, através de testes que envolvam observações ou experimentos” (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER; 2004, p.15).

De acordo com a temática, este construto tem como hipótese sobre como o Tiktok propaga o movimento Black Lives Matter na sua plataforma.

Verifica-se, por tanto, que as hipóteses acima são de caráter plausível, pois segundo o professor Carlos Fernando Jung leciona que tais hipóteses:

São hipóteses que se inter-relacionam de forma consistente com as teorias existentes. As hipóteses plausíveis são produto da dedução lógica do conhecimento científico aceito. As proposições plausíveis devem possuir fundamento, no entanto, devem apresentar características que ainda não podem ser totalmente verificadas (JUNG; 2009, p.14).

Assim, esta pesquisa terá como premissa básica o racionalismo crítico por falseabilidade, ou seja, a compreensão de que, para uma teoria ser considerada científica, ela deve ser refutável, isto é, passível de ser desconfirmada. O raciocínio dessa linha de pensamento é o chamado hipotético-dedutivo (JUNG; 2009, p.14), que discutiremos abaixo no método científico definido.

2.2 Método da Pesquisa

O método que se pretende utilizar nesse construto é o método hipotético dedutivo, o qual se fundamentará em uma hipótese sobre como as hashtags #BLM e #BlackLivesMatter nos conteúdos produzidos no Tiktok trouxeram mudanças, como, por exemplo, nas políticas de uso na plataforma, e acabaram por evidenciar o potencial ativista de um aplicativo que inicialmente se propunha a banir conteúdos políticos ou controversos, conforme era o desejo do Tiktok em conservar sua imagem, para que esse local fosse exclusivamente sobre conteúdos criativos e divertidos com base no entretenimento. Assim, busca-se evidenciar sobre o contexto político-social do movimento de justiça racial e sua presença *online*, fazendo uma análise dos impactos do BLM no Tiktok, bem como verificar como a plataforma lidou com os conteúdos propagados, os quais não condizem com suas políticas de uso original, e, também, verificar como as questões de vivência de produtores de conteúdos

raciais são tratadas na plataforma Tiktok, devido o que é produzido por pessoas não brancas.

A hipótese deste construto será delimitada por meio da fundamentação teórica, na observância do desenvolvimento da sociedade, o qual proporcionou conquistas evolutivas para a sociedade. Sabe-se, segundo aduz a autora Mary Rangel, que os movimentos sociais históricos demonstraram serem pontos importantes para a continuidade desse desenvolvimento, haja vista que na antiguidade os filósofos faziam o compartilhamento do conhecimento em praça pública, por acharem que o homem não deva permanecer na ignorância (RANGEL; 2004, p.25).

Sócrates foi um desses filósofos que indagou e surpreendeu a todos com seus questionamentos, pois seu método, conhecido como 'método de maiêutica', não consistia em enunciar teorias e sim em fazer perguntas, analisando as respostas de maneira que o próprio ser conseguisse chegar à verdade ou à contradição, de forma sistêmica. Conforme aduz a autora Marilena Chaui:

Sócrates apenas perguntava sobre ideias e valores dos quais os gregos acreditavam e julgavam conhecer, pois suas perguntas deixavam os interlocutores embaraçados, irritados, e/ou curiosos, pois, quando tentavam responderão célebre "o que é?" descobriam, surpresos, que não sabiam responder e que nunca tinham pensado em suas crenças, seus valores e suas ideias (CHAUÍ; 1995, pp.37-38).

A maiêutica consiste em fazer perguntas e analisar as respostas de maneira sistêmica, de modo que se chegue à verdade ou à contradição do enunciado (CHAUÍ; 1995, p.38). Este método busca estimular o pensamento a partir daquilo que não se conhecem, ou seja, pela ignorância. Daí a famosa frase de Sócrates: "eu só sei que nada sei".

Assim, pode-se afirmar que este estudo se apropriou desses conhecimentos literários pesquisados para entender e justificar a importância temática. Segundo as autoras Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, o método hipotético-dedutivo surgiu na ciência com Sir Karl Raymund Popper. As autoras ainda aduzem que "esse autor foi grande crítico do indutivismo e propôs um método que visava a superar a dualidade entre

indutivismo versus dedutivismo, ou melhor, entre empirismo versus racionalismo, até então existente na ciência” (MARCONI, LAKATOS; 2010, p.73).

Esse método hipotético-dedutivo de Popper veio a propor a superação do racionalismo e do empirismo puros. Continuando com as autoras referidas, esse o método pode ser chamado também de “método de tentativas e eliminação de erros” (MARCONI, LAKATOS; 2010, p.73).

De acordo com os autores Pacheco, Pereira e Pereira Filho, o método dedutivo “é o processo de raciocínio em que se parte de teoria e leis no prever a ocorrência de fenômenos específicos do objeto de estudo, ou seja, do geral para o particular e com o objetivo de explicar o conteúdo das premissas de pesquisa” (PACHECO JÚNIOR, PEREIRA, PEREIRA FILHO; 2007, pp.78-83). A dedução tem como base a teoria dos silogismos, conforme explica o autor Mattar: “Todo homem é mortal. Sócrates é homem. Portanto, Sócrates é mortal. Nesse método, partimos do conhecido para o desconhecido” (MATTAR; 2008, p.47).

Assim, entende-se que esse método hipotético-dedutivo consiste em “se perceber problemas, lacunas ou contradições no conhecimento prévio ou em teorias existentes” (MARCONI, LAKATOS; 2010, p.73). Depois de formulado o problema desenvolve-se conjecturas, soluções ou hipóteses, para serem testadas no que Popper chamava de técnica de falseamento. O falseamento popperiano é o resultado de uma definição entre o que ainda é aceito como correto cientificamente e o que já não possui este mesmo crédito.

Como resultado dessa experimentação ou análise, podem-se avaliar as conjecturas, soluções ou hipóteses, as quais, ainda, podem ser reputas ou corroboradas. Karl Popper explica que:

[...] se tentarmos considerar sua verdade (do princípio da indução) como decorrente da experiência, surgirão de novo os mesmos problemas que levaram à sua formulação. Para justificá-lo, teremos de recorrer a inferências indutivas e, para justificar estas, teremos de admitir um princípio indutivo de ordem mais elevada, e assim por diante. [...] a tentativa de alicerçar o princípio da indução na experiência malogra, pois conduz a uma regressão infinita (POPPER; 2001, p.29).

O método hipotético-dedutivo, portanto, de acordo com Cruz e Ribeiro, “se inicia por uma percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formular hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (CRUZ, RIBEIRO; 2003, p.33). De acordo com o autor Antônio Carlos Gil:

[...] o raciocínio nesse caso é que o conhecimento relativo a leis e teorias não é universal, fazendo-se necessário, então, que hipóteses sejam formuladas e testadas, através do método de dedução, com o objetivo de mostrar a ‘falseabilidade teórica’ dessas leis e teorias (GIL; 2010, p.35).

Sobre o método indutivo, como observam os autores Cruz e Ribeiro:

[...] baseia-se na generalização de propriedades comuns a certo número de casos, até agora observados, a todas as ocorrências de fatos similares que se verificarão no futuro. Assim, o grau de confirmação dos enunciados traduzidos depende das evidências ocorrentes (CRUZ, RIBEIRO; 2003, p.34).

Dessa forma, no método indutivo, procede-se de maneira inversa ao dedutivo, parte-se do particular ou específico para o geral, sendo que é por meio de evidências encontradas sobre o objeto de estudo que leis e teorias são então formuladas (CRUZ, RIBEIRO; 2003, p.34).

2.3 Tipo de Pesquisa

Este trabalho será desenvolvido se utilizando de uma metodologia do tipo qualitativa, com caráter do método de revisão literária e referenciando com as legislações pertinentes à temática, bem como se fundamentando em conceitos de autores já consagrados. Portanto, a pesquisa em construção se beneficiará do método de revisão bibliográfica, pois realizou um levantamento teórico sobre o movimento ativista Black Lives Matter no Tiktok, se utilizando de autores atualizados às tendências administrativas e legislativas dos tempos atuais.

Com uma abordagem do problema qualitativo, o estudo se utilizou de cálculo de indicadores de análise tradicional e dinâmica, além de outras informações para auxiliar na evolução da transformação social que a *internet* proporcionou.

Ao optar por este tipo de estudo, se pode “descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON; 1999, p.70).

A revisão histórica se dará por meio de artigos e notícia de fácil disponibilização com o intuito de averiguar a importância que se dá à temática pesquisada. A pesquisa se classifica como descritiva, pois será descrito o movimento ativista Black Lives Matter no Tiktok. Segundo o autor Andrade, “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles” (ANDRADE; 2010, p.124).

Em termos da pesquisa descritiva, pode-se dizer que, segundo o autor Antônio Carlos Gil, ela objetiva “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL; 2010, p.42).

Continuando com o autor Antônio Carlos Gil, seriam exemplos de pesquisas descritivas aquelas que envolvem o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população, e também as pesquisas que envolvem o estudo das características de um determinado grupo, como por exemplo, sua distribuição por sexo, idade, nível de escolaridade, entre outras. Normalmente, a pesquisa descritiva toma a forma de levantamento (GIL; 2010, p.42).

Segundo os ensinamentos dos autores Alves-Mazzotti e Gewandszajder, a pesquisa qualitativa é aquela na qual “a ênfase recai sobre a compreensão das intenções e do significado dos atos humanos” (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZAJDER; 2004, p.146). Estes autores ainda argumentam que “a pesquisa qualitativa tem três características principais”

(ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER; 2004, p.131), das quais, completam os autores:

[...] visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística. A parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto. A abordagem indutiva pode ser definida como aquela em que o pesquisador parte de observações mais livres, deixando que dimensões e categorias de interesse emirjam progressivamente durante os processos de coleta e análise de dados (Alves-Mazzotti, & Gewandsznajder; 2004, p.131).

Com uma abordagem do problema qualitativo, o estudo se utilizou de literaturas por meio de uma análise por meio do estado da arte. Para o autor Oliveira, a pesquisa qualitativa “difere da quantitativa pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema” (OLIVEIRA; 2002, p.116).

Para o autor Chizzoti a abordagem qualitativa “[...] parte do fundamento de que há uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI; 1995, p.78).

2.4 Natureza da Pesquisa

A pesquisa terá a intervenção naturalística, que é aquela em que cujo pesquisador, no contexto, observa as dedutivas de forma a reduzi-la ao mínimo. Corroborando nesse contexto, e em conformidade com o autor Günter, a pesquisa qualitativa tem uma grande flexibilidade e também é adaptabilidade, uma vez que “ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, [...] considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos” (GÜNTER; 2006, p.204).

Dessa forma, a classificação da pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, se resume em uma pesquisa básica, já que se pretende fazer uso do estudo durante os contatos profissionais na área, sabendo que o trabalho irá proporcionar tais encontros, o que irá colaborar com a especialização do leitor em sua carreira. Neste estudo a pesquisa será aplicada pela necessidade de coletas de dados documentais e com a vivência que esta coleta irá oportunizar para este construto, pois, segundo o autor Antônio Carlos Gil, a pesquisa aplicada “é voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação de pesquisa específica” (GIL; 2010, p.27).

Pela pesquisa ser de natureza básica pura, serão analisados os dados coletados em artigos e notícias atuais, com o objetivo de observar como ocorre a transformação social proporcionada pela educação aos discentes. Segundo a autora Sylvia Constant Vergara, “a pesquisa pura é motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada, sobretudo no nível da especulação” (VERGARA; 1998, p.45).

Completando com os entendimentos do autor Araújo, a pesquisa básica pura tem como objetivo principal a geração de novos conhecimentos, sem que haja preocupação com a aplicação prática ou imediata dos resultados (ARAÚJO; 2008, p.24).

2.5 Objetivo do Método da Pesquisa

A pesquisa tem como objetivo de seguir pelo método exploratório, principalmente em familiarizar o pesquisador com o objeto de estudo, normalmente, envolvendo um assunto ainda pouco conhecido, para que ele possa então melhor delimitar o problema e formular as hipóteses e/ou questões de pesquisa com mais precisão. O autor Antônio Carlos Gil observa que, em

geral, a pesquisa exploratória assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (GIL; 2010, p.42).

O estudo terá como critérios de exclusão os artigos e/ou notícias arquivados em línguas estrangeiras, para facilitar o filtro da pesquisa; trabalhos que não tiverem metodologia bem clara e referências duvidosas, e/ou desatualizada. As palavras chaves que serão utilizadas serão: movimento ativista; Black Lives Matter; plataforma Tiktok; racismo virtual.

2.6 Classificação da Pesquisa

Uma pesquisa científica pode ser classificada em ciências formais e ciências empíricas. De acordo com o autor Mattar, as ciências formais são aquelas que se denominam de puras, e estas “estudam basicamente os números e as formas de raciocínio” (MATTAR; 2008, p.31), não se atendo ao estudo do real ou empírico, e teriam como método principal a demonstração, como no caso da lógica e da matemática. Já as ciências empíricas, continuando com o autor referido, são as que “tratam da natureza e do ser humano, e teriam como método de estudo a sensação e a observação” (MATTAR; 2008, p.31), sendo que essas ciências as naturais e humanas.

Nesse sentido, o autor Antônio Carlos Gil ressalta que:

As pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado para classificação. Assim, é possível estabelecer múltiplos sistemas de classificação e defini-las segundo a área de conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados (GIL; 2010, p.25).

2.7 Problema

De acordo com a temática acima descrita, este trabalho busca desvelar o movimento ativista Black Lives Matter no Tiktok, bem como as mudanças observadas na plataforma em decorrência do tamanho da proporção gerada por conteúdos antirracistas e de protestos nas ruas, divulgados por membros do BLM.

Dessa forma, o instrumento de coleta, bem como a análise dos dados se dará mediante a utilização da técnica de análise documental, a partir das literaturas que tenham como foco epistemológico sobre como o Tiktok propaga o movimento Black Lives Matter na sua plataforma. Segundo Andrade, “a pesquisa documental é aquela baseada em documentos primários e originais referente ao fenômeno investigado” (ANDRADE; 2010, p.117).

O autor Carlos Fernando Jung ressalta que a principal diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental está:

[...] na natureza das fontes de pesquisa: enquanto que na pesquisa bibliográfica utilizamos relatos de pesquisas anteriores sobre o assunto que queremos investigar, ou seja, nos baseamos naquilo que os autores que escolhemos escreveram sobre esse assunto, na pesquisa documental, baseamo-nos em documentos originais (JUNG; 2009, p.59).

Assim delimitado, esta pesquisa se utilizará das literaturas já disponíveis, objetivando comparar os entendimentos literários a essa nova realidade. Definindo dessa forma as etapas acima, buscará observar, conforme a sugestão dos autores Ilse Maria Beuren e Fabiano Mauty Raupp, por uma tipologia de delineamento de pesquisa agrupadas em três grupos: “quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema” (BEUREN, RAUPP; 2003, p.78).

CAPÍTULO III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 *Internet* e Participação Política

O atual predomínio das novas TIC na vida moderna alterou a maneira como os usuários de *internet* interagem e participam dos acontecimentos públicos e políticos. O autor Wilson Gomes que com um maior número de fontes de informações públicas disponíveis no mundo virtual cria-se mais possibilidades de participação nos debates e nas decisões políticas (GOMES; 2005).

Os movimentos sociais ou até mesmo os cidadãos comuns individualmente estão se apropriando dessas ferramentas para publicar suas ações e posicionamentos de acordo com seus interesses. A *internet* via principalmente nas redes sociais parece ocupar lugar de muita expressão nesse novo contexto em que grupos organizados agem estrategicamente para pressionar o Estado, instituições e poderes constituídos socialmente para fazer valer as demandas pelas quais lutam. A popularização do acesso na web tem facilitado o surgimento e multiplicação desses movimentos que buscam visibilidade e reconhecimento público.

Os efeitos das novas tecnologias são de várias ordens, tanto na rapidez da produção de conteúdo quanto na geração de novos repertórios de ações coletivas e na forma de produzir discursos. Assim conforme o autor Manuel Castells explica:

A contínua transformação da Tecnologia da Informação (TI) na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança (CASTELLS; 2013, p.14).

Vários outros autores também apontam as possibilidades democráticas de comunicação na *internet*, mesmo que de forma desigual. As participações políticas aumentaram suas chances de fazer valer suas demandas e a luta pela democratização da informação contribui para o surgimento de grupos organizados de diversas identidades que se engajam em várias causas e buscam novas relações de colaboração e solidariedade.

O referido autor enfatiza que “os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças” (CASTELLS; 2013, p.18). Nesse sentido, o autor ainda reforça a capacidade da rede de catapultar os desejos individuais unindo-os coletivamente para enfrentar os poderes constituídos.

Apesar do aparente aumento do interesse dos usuários da *internet* pela informação e participação política, vários entraves tornam problemático o uso dessas plataformas. Tais entraves vão desde fatores limitantes da própria tecnologia, bem como outras questões relacionadas à baixa qualidade do que é divulgado ou até mesmo distorções feitas voluntariamente ou não pelos veículos de comunicação de massa, o que gera desconfiança.

Outros fatores desestabilizadores são: a institucionalização do medo que desencoraja o cidadão a participar e a própria exclusão tecnológica que impede o acesso às informações pela população. Ainda segundo o autor Manuel Castells (2000), o uso da tecnologia crescerá de maneira desigual para segmentos desiguais da sociedade, refletindo as assimetrias de poder do mundo concreto.

Também são diagnosticados outros malefícios, tais como, segundo aduz o autor Francisco Paulo Jamil Almeida Marques:

[...] aqueles concernentes à espetacularização, ao sensacionalismo ou à sensação enfatizada de que praticamente todos os representantes são corruptos e que pouco os cidadãos podem fazer para reverter tal problema (CHAIA; 2014 *apud* MARQUES; 2009, p.229).

Diante desse panorama complexo, o autor Wilson Gomes (2005) lista os requisitos básicos de participação democrática que deveriam estar na ordem do dia, como por exemplo, “habilitação para e oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com os seus representantes (em níveis local, nacional ou internacional) e para deles cobrar explicações e prestação de contas”. (GOMES; 2005, p.59).

Ainda que a grande maioria das informações na *internet* seja experimental e incipiente, este espaço se consolida como um universo de trocas de informações, bem como uma arena de debates com potencial para fortalecer a cidadania. O ambiente digital surge como uma praça virtual alternativa para que as pessoas criem conexões, consciências coletivas para uma demanda pública considerada urgente e organizem movimentos em prol de seus interesses. Além de ter alterado o fluxo de notícias e até mesmo a forma com que é produzida.

O impacto da *internet* sobre as notícias foi explosivo de várias maneiras. A rede expandiu o espaço das notícias à força, atropelando empresas mais antigas. Dessa forma, conforme afirma o autor Eli Pariser, se “desmantelou a confiança que as organizações de notícias haviam construído. E o que ficou é um espaço público mais fragmentado e disperso do que o anterior” (PARISER; 2012, p.46).

Primeiro há uma organização dos movimentos pela *web* que depois vão para as ruas num ativismo que pauta cada vez mais o debate público. São produções de conteúdo baratas e instantâneas que torna os usuários aptos a participar ativamente das decisões públicas. Segundo afirma o autor Wilson Gomes, “mas se falta participação política é porque faltam outros requisitos da vida democrática” (GOMES; 2005, p.60).

Nesse contexto, o autor Manuel Castells aponta que “os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando com suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais.” (CASTELLS; 2013, p.14).

As recentes mobilizações para tirar um deputado ou coleta de assinaturas para decidir um assunto qualquer representam bem à ideia de uma rede participativa e interventora no debate público, a exemplo do evento criado no *Facebook* pedindo a cassação do Deputado Eduardo Cunha ou a ‘Campanha Fora Feliciano’ que repercutiram na rede. Ainda que, conforme explica o autor Wilson Gomes, “a participação ou é desencorajada ou tem diminuída a sua importância pelo desprezo crescente pelos representantes políticos [...]”. (GOMES; 2005, p.62).

As causas que produzem mais mobilizações ganham mais visibilidade tanto na própria *internet* quanto nas mídias tradicionais (TV, rádio, jornais impressos) num processo que se retroalimenta. É isto o que levou o autor Wilson Gomes (2005) a trabalhar o conceito de democracia digital. Os debates às vezes saem das ruas e voltam para as redes sociais, o que deixa em dúvida se a ação que acontece nas redes pode ser separada do ativismo no espaço e na vida pública em geral, onde se questiona o que é público e o que é privado nesse contexto.

A ocupação do espaço virtual para expressar críticas, insatisfações ou ao se revelar posições que, muitas vezes, não seriam reveladas fora do ambiente digital, faz com que os conflitos surjam. Lembrando que as pessoas vulneráveis economicamente da sociedade ficam de fora desses debates, já que a informação em rede ainda é inacessível para uma grande parcela da população. Nessa seara, o autor Wilson Gomes enfatiza que:

Na literatura sobre o impacto da internet sobre a extensão das possibilidades de participação política, dois temas se destacam pela sua reiteração. Primeiro, insiste-se no revigoramento da esfera da discussão pública como efeito direto da entrada em cena de um novo meio ambiente de comunicação política. Segundo, destaca-se a capacidade da internet, em particular, e dos novos meios, em geral, de superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa (GOMES; 2005, p.64).

Nesse sentido, os autores Daniele Chagas de Brito e Daniel de Andrade Bittencourt salientam que “as pessoas estão buscando novas formas de se comunicar e participar da vida em sociedade, ou seja, estão sendo capazes de fornecer conteúdos e ideias” (BRITO, BITTENCOURT; 2015, p.05).

3.2 *Internet* e Cibercultura

A existência humana é inerentemente estruturada em rede: inicialmente familiar, feita a partir dos elos materno e paterno, se estendendo para as demais relações à medida que o indivíduo amadurece. As redes sociais são atemporais, porém, o meio em que aparecem é passível de mudanças. Nesse sentido, a transição para o século XXI e o desenvolvimento tecnológico criaram novos planos de fundo para comunicação, relacionamento e troca de informações: a *World Wide Web* (www).

Desenvolvida pelo programador britânico Tim Berners-Lee em 1990, a grande conexão de computadores inicialmente carecia de espaços de diálogo. Os *sites* eram estáticos, feitos por empresas e instituições, com baixa ou nula interatividade entre os internautas. A *Web* 1.0, como seria chamada, compôs o momento inicial da *internet* e logo sofreria mudanças paralelas às melhorias de *hardware* e *software* dos computadores em que habitavam. Logo, segundo afirma o autor Tim O'Reilly, “as empresas que não fossem capazes de se adaptarem seriam engolidas pelos seus sucessores mais aptos ao novo sistema, como o exemplo de *Netscape* versus *Google*” (O'REILLY; 2005, *in site*).

Pela perspectiva de Tim O'Reilly (2005), cada uma destas empresas representava a diferença entre os dois momentos iniciais: a *Netscape*, tendo a visão antiga de *web* como plataforma, era um aplicativo para desktop; enquanto a *Google*, identificado como um intermediário e gestor de dados, um aplicativo para *internet*. Essa diferença de paradigma se provou essencial para as principais empresas da próxima década, pois, segundo o autor o valor do *software* é proporcional à escala e dinamismo dos dados que ele ajuda a gerenciar.

No novo milênio, esse meio *web* atingiu um novo funcionamento, categorizado como *Web* 2.0, que começou a disseminar conteúdo produzido pelos próprios internautas e maior interatividade *online*. Esse fenômeno

permitiu com que potencialmente todos os usuários pudessem se tornar tanto produtores quanto consumidores de conteúdo e serviços.

O melhor exemplo deste sistema são os *hyperlinks* que, segundo Tim O'Reilly (2005) são o fundamento da rede. À medida que os usuários adicionam conteúdo e *sites* novos, esses passam a integrar a estrutura da rede à medida que outros usuários descubrem o conteúdo e se conectam a ele. Do mesmo modo que se formam sinapses no cérebro, com as associações fortalecendo-se em função da repetição ou da intensidade, a rede de conexões cresce organicamente, como resultado da atividade coletiva de todos os usuários da rede.

Esse foi o cenário em torno do surgimento das redes sociais digitais, como *blogs* e *sites* de relacionamentos, além do crescimento de *sites* de vendas *online* como a *eBay* e *Amazon*, onde a atividade do usuário se provou essencial.

Nesse sentido, segundo aduz o autor Manuel Castells "com a difusão da *internet*, surgiu uma nova forma de comunicação interativa, caracterizada pela capacidade de enviar mensagem de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido" (CASTELLS; 2013, p.101). Continuando com os entendimentos do referido autor, a *internet* se torna um marco entre os meios de comunicação na medida em que permite o diálogo entre emissor e receptor. Diferente da TV, jornal ou rádio, a interação se torna inerente ao meio *web*, onde todos podem possuir um espaço de fala; seja em *blogs* pessoais ou abas de comentários.

Na Era da Informação, o acesso rápido e direto aos mais diversos dados que a *web* dispõe estrutura o meio para o desenvolvimento de novos sistemas sociais.

A exploração de estruturas sociais emergentes nos domínios da atividade e experiência humanas leva a uma conclusão abrangente: como uma tendência histórica, funções e processos dominantes na Era da Informação são cada vez mais organizados em torno de redes. As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes

modifica substancialmente a operação e os resultados nos processos de produção, experiência, poder e cultura.

Nesse contexto, o autor Manuel Castells ressalta que “embora a forma de organização social em rede tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão generalizada em toda a estrutura social” (CASTELLS; 2000, p.93).

O contexto de interação e comunicação social é influenciado pelo crescente conglomerado de redes digitais, e se modifica junto aos avanços tecnológicos. Esse novo espaço se desenvolve em paralelo – conectado, porém distante – do mundo real, contendo sua própria estrutura e cultura.

O ciberespaço, que também se pode chamar de rede, é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo ‘cibercultura’, o autor Pierre Levy especifica que é “o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY; 1999, p.17).

Perto da segunda década do século XXI, emerge o terceiro modelo *web*, de estrutura de rede muito mais personalizada, com uma capacidade superior de análise de dados e organização semântica, e, segundo explica o autor Gruber, “a *Web 3.0* representa o aumento da inteligência acumulada a partir do comportamento dos usuários em rede” (GRUBER; 2008, p.04).

Esta versão permite que *sites*, ações de *marketing* e aplicações diversas possuam maior precisão quando utilizados sobre os usuários, bem como com a interação ativa deles. Como mecanismo híbrido, o homem e a máquina agem em sintonia, num processo mútuo de transformação cibercultural.

Em consequência, os agentes midiáticos que exercem influência sobre a psique humana sofrem mutações parecidas, migrando dos meios de comunicação tradicionais anteriores, como a fala oral, escrita manuscrita,

jornais, rádios e TV, para a *internet*. Os discursos mudam em forma e aparência, num recorte atualizado de sujeito e narrativa.

A rede virtual constituída a partir deste processo de introdução de ferramentas de comunicação representa o espaço onde ocorrem interações sociais que influenciam diretamente no campo da cultura, criando um novo espaço relacional e de mediação entre os sujeitos.

Desta forma, a rede virtual pode ser definida como ciberespaço e o campo da cultura forjado pelas TIC pode ser definido como cibercultura, ou seja, segundo define o autor Pierre Levy, “o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. (LÉVY; 1999, p.17).

A relação estabelecida entre organização social e novas tecnologias de comunicação e informação configurada como o ciberespaço é trazida pelo autor Manuel Castells como ‘Sociedade em Rede’:

Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas da mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS; 2013, p.14).

A ênfase dada na comunicação como forma de destituir o poder da mídia hegemônica como única narrativa possível nos processos políticos é uma consequência da transformação operada pelas TIC, que, segundo explica o autor Manuel Castells, é:

Uma característica central da sociedade em rede é a transformação da área da comunicação, incluindo os media. A comunicação constitui o espaço público, ou seja, o espaço cognitivo em que as mentes das pessoas recebem informação e formam os seus pontos de vista através do processamento de sinais da sociedade no seu conjunto. Por outras palavras, enquanto a comunicação interpessoal é uma relação privada, formada pelos atores da interação, os sistemas de comunicação mediáticos criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores coletivos de informação, mesmo quando a informação final é processada por cada indivíduo de acordo com as suas próprias características pessoais. É por isso que a estrutura e a dinâmica da comunicação social são essenciais

na formação da consciência e da opinião, e a base do processo de decisão política (CASTELLS; 2000, p.23)

Assim para o autor André Lemos, a sociedade e a “cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais (ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização, etc.), vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social.” (LEMOS; 2008, p.15).

Dessa forma, surge um novo tipo de sociedade, a chamada sociedade digital ou de redes, que o autor Pierre Lévi designou os conceitos de ciberespaço e cibercultura¹ para explicar este processo de transformação brusca da cultura e os modos de vida.

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY; 1999, p. 17).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto da globalização, os limites geográficos e temporais são atravessados pela velocidade da informação, conforme explica o autor Thompson:

Três desenvolvimentos interligados tiveram particular importância. Um é o uso mais extenso e mais sofisticado de sistemas de cabo que fornecem uma capacidade muito maior de transmissão de informação eletronicamente codificada. O segundo desenvolvimento é o crescente uso de satélites para fins de comunicação a longa distância, muitas vezes associados a sistemas de cabo instalados em terra. O terceiro [...] A digitalização da informação, combinada com o desenvolvimento de tecnologias eletrônicas relacionadas (microprocessadores, etc.), aumentou grandemente a capacidade de armazenar e transmitir informações e criou a base para a convergência das tecnologias de informação e comunicação, permitindo que a informação seja convertida facilmente para diferentes meios de comunicação (THOMPSON; 2011, pp.144-145).

O novo estatuto social influenciou na maneira como nos relacionamos, pensamos e sentimos. Nesse sentido, segundo afirma a autora Sherry Turkle, a *internet* “liga milhões de pessoas em novos espaços que estão a alterar a forma como pensamos, a natureza da nossa sexualidade, a organização das nossas comunidades e até mesmo a nossa identidade” (TURKLE; 1997, p.11).

¹ O termo “cibercultura” é utilizado para designar as ações, sentidos e significados que operam no ciberespaço.

Neste contexto, a transformação da dinâmica e lógica social emerge de maneira mais perceptível em 2004, criando um novo *status* social por meio da estruturação de uma rede de trocas virtuais. Esta nova estrutura ficou conhecida como *Web 2.0*.

Contextualizando nesse sentido, o autor Alex Primo afirma que “se na primeira geração da *web* os *sites* eram trabalhados como unidades isoladas, passa-se agora para uma estrutura integrada de funcionalidades e conteúdo” (PRIMO; 2010, p.02). Desse modo, nota-se que houve uma reconfiguração dos processos de troca, na produção e na difusão das informações por meio da rede, oportunizados pela cooperação de internautas, propiciando um *locus* digital construído a partir da participação dos próprios usuários.

Ao que a autora Fabiana Pelinson veio a contribuir nesse sentido, afirmando que:

O desenvolvimento dos meios de comunicação na contemporaneidade modificou a prática do jornalismo, reconfigurando suas mediações sociais e culturais, em função do uso das novas tecnologias e das novas relações estabelecidas entre produtores e consumidores de informação. Isto é, o jornalismo se reinventa cotidianamente como discurso e prática social e impõe um olhar crítico aos pesquisadores (PELINSON; 2013, p.01).

Se por um lado as mídias tradicionais como jornal, rádio e televisão são controladas por grandes conglomerados empresariais e, por consequência, decidem todo conteúdo e abordagem dos seus programas, a *Web 2.0* é direcionada aos grupos independentes e públicos em geral que se proponham a divulgar suas ideias e conhecimentos.

3.3 Política atual: contexto histórico e redes de ação

É possível observar que a política vem perdendo dignidade, se apequenou e a relação clientelista dos indivíduos parece ser a regra do jogo. O

centro da vida humana que seria a liberdade perde sentido em meio ao autoritarismo, e a pluralidade que seria própria do universo político, é substituída por divisões do tipo ‘nós contra eles’.

Nesse sentido, os autores Jung Mo Sung e Josué Cândido da Silva exemplificam que “a economia passou a ser gerida pelos princípios do sistema de mercado, e a política pelas regras do jogo do poder” (SUNG, SILVA; 1995, p.110). A imposição de ideias é que comanda a cena política, não mais o incentivo ao bem comum. O individualismo é elogiado, estimulado e naturalizado, cada um passa a ser seu próprio juiz e legislador visando interesses pessoais, sendo uma situação que há muitos séculos joga a comunidade para segundo plano.

Continuando com os saberes dos referidos autores, estes afirmam que:

Infelizmente, a humanidade ainda não inventou outro sistema de regulação dos conflitos que não a política. O sistema político está longe de ser perfeito e possivelmente nunca o será, já que é um sistema de articulação de interesses onde as várias forças sociais nem sempre estão dispostas a reconhecer que o interesse do outro possa ser mais importante do que o seu (SUNG, SILVA; 1995, p.80).

A prerrogativa individual vem ganhando força desde a idade média, período no qual a religiosidade acabava por manter a ideia de comunidade. No momento atual, chamado por alguns até de ‘idade média’, ao mesmo tempo em que esse indivíduo é massificado, ele mantém a ilusão da sua individualidade; o que é bastante interessante para o poder vigente, já que a defesa dos interesses particulares de grupos econômicos pode ser à base do planejamento das ações políticas.

Assim, além de controlar e gerenciar de forma massificada, a política, muitas vezes, tira dos indivíduos a capacidade de reivindicar direitos quando esses abrem mão de suas subjetividades numa espécie de ‘terceirização’ da vida, não podendo ser mais um agente capaz de atuar politicamente. O que fica é uma ilusória sensação de liberdade que se confunde com o próprio controle feito pelo Estado.

Diante esse contexto, os autores Jung Mo Sung e Josué Cândido da Silva aduzem que:

Vimos que nas sociedades contemporâneas o sistema político se tornou cada vez mais refém da burocracia estatal, afastando o cidadão comum da discussão e da participação nas decisões que vão incidir diretamente sobre a sua vida. O resultado de tudo isso foi, em grande parte, o aumento da ineficiência do estado em atender às demandas sociais e o desvio do dinheiro público (SUNG, SILVA; 1995, p.80).

A relação sociedade civil e polícia militar, por exemplo, hoje é considerada violenta, mas uma vez oculta pelo hábito e tradição não era colocada sob-reflexão e discussão. Mais pessoas passaram a reclamar dessa violência de Estado e resolveram tentar abrir a caixa-preta dessas instituições e ver o porquê dos abusos.

Os acordos que antes eram dados naturalmente, como também na relação aluno/professor, paciente/médico, homem/mulher, Estado/cidadão, passam a ser questionados. Embora a sociedade quase sempre opte por acordos que já estão aí, preferindo as emoções da violência e da tirania que solapam a crença na igualdade, instituindo um estado de exceção. A participação política da atualidade via redes também é marcada por paradoxos e ambiguidades, mas também por intervenção no debate público.

Nessa seara, a autora Kalyne de Souza Vieira afirma que:

Nesta visão, o ambiente da internet e das redes sociais propicia uma estética da emoção que arrebatou os espíritos conectados, e isto ocorre na direção do entretenimento, lazer e consumo, assim como na direção do pensamento crítico e da contestação, incluindo as inúmeras formas de ativismo (VIEIRA; 2016, p.04).

O bloqueio às páginas que são contra hegemônicas e rejeição às narrativas alternativas, numa tentativa de controle, também são práticas comuns nesse novo mundo cibernético. Mas a resistência acontece nas próprias redes sociais, e também via jornalistas independentes que não aceitam a criminalização dessas páginas. É exigido que o poder judiciário também aja na transparência, e não como uma caixa-preta que garante e privilegia apenas uma classe ou grupos econômicos.

Dessa forma, todas as instâncias reivindicam o acesso irrestrito às informações governamentais, pois, do contrário, a democracia é mais uma farsa. E se a liberdade de imprensa servir apenas aos jornais 'Globo', 'Folha de

São Paulo' e os meios tradicionais de forma geral, se viverá apenas um esboço democrático.

Todavia, os autores Jung Mo Sung e Josué Cândido da Silva afirmam que:

Felizmente este processo de construção social da realidade não é perfeito, isto é, a interiorização nunca é total, e com isso a exteriorização dos membros não reproduz completamente a ordem estabelecida. Se isso ocorresse, viveríamos num mundo totalitário, onde tudo seria uma simples reprodução do conhecido e onde tudo seria determinado e controlado [...]. Sem nenhum espaço para contestação e novidade. É essa imperfeição que nos possibilita viver o espaço de liberdade e de pensar num mundo diferente e melhor que o atual (SUNG, SILVA; 1995, p.33).

Singularidades políticas nas redes sociais querem fazer valer suas vozes, fazer aparecer suas opiniões e legitimá-las como verdadeiras. A ideia do 'prossumidor' torna evidente que o público é ao mesmo tempo o produtor e consumidor de informações em rede.

Assim, para os autores Mendonça e Bustamante “Marshall McLuhan cunha o termo *aldeia global* para fazer referência a essa *polis* em que o diálogo é universal. Poucos conhecimentos ficam, hoje em dia, ocultos da opinião pública mundial” (MENDONÇA, BUSTAMANTE; 2018, p.23). A voz dos cidadãos se estende além das fronteiras da *polis*. Nesse contexto, surgem grupos e coletivos que tentam desbaratar os centros de poder e decisões políticas, reivindicando mudanças e agindo no sentido de provocar horizontalidades.

As cidades se revelam, neste início de século, como territórios de sistemas técnicos múltiplos, articulados por cruzamentos de forças globais tensionadas diariamente por reconfigurações e criações locais. Como palco de conflitos diários, os municípios abrigam boa parte da esperança na busca de políticas públicas mais eficazes para problemas ambientais, educacionais, econômicos, de saúde, dentre outros tantos.

Corroborando nesse contexto, os autores André Lemos e Fabio Josgrilberg explicam que:

E é ainda no espaço urbano que também se percebe, mais evidentemente, a ascensão de movimentos colaborativos civis,

anônimos ou não, descentralizados ou não, que reorganizam cotidianamente as múltiplas relações sociais. A partir dessas duas dimensões correlatas, a saber, a ação dos governos municipais e a ação dos cidadãos e cidadãs, a urbe se destaca como protagonista de diversas mudanças necessárias para um mundo globalizado mais justo e sustentável (LEMOS, JOSGRILBERG; 2009, p.157).

As novas formas de atuação política na *internet* geram desconfiança de vários setores da sociedade. Ainda assim, cada vez mais gente tende a participar da vida política e cultural se apropriando dos meios digitais na *internet* tendo em vista a possibilidade de garantia de direitos, do acesso às informações e ampliar a comunicação para todos. A inserção na cultura e a sua produção passa para as mãos do público com o advento das redes digitais. As dinâmicas da cidade e suas reivindicações estão em páginas que tentam dar conta das demandas dos cidadãos.

Continuando com as explicações dos referidos autores, estes completam afirmando que:

Valorizar as participações políticas formais e informais por meio de uma defesa radical da comunicação na cidade significa usar toda a criatividade e conhecimento técnico para garantir as melhores condições de acesso aos meios de comunicação, com as melhores condições de emissão e recepção possíveis (LEMOS, JOSGRILBERG; 2009, p.169).

O paradigma da velocidade, muitas vezes, é o que dita às dinâmicas de ações, o que nem sempre se traduz em qualidade e melhorias. Assim, segundo afirma o autor José Tomãs Vargues Patrocínio, “sabe-se que informação e conhecimento não são conceitos coincidentes” (PATROCÍNIO; 2004, pp.115-116).

Assim, segundo aduz a autora Catarina Moura, a estreita relação entre comunicação e informação se torna problemática diante de saber até onde é possível produzir conhecimento e se informar bem. Uma vez que a velocidade é hipervalorizada, o desafio apontado aos profissionais da comunicação é tentar superar a contradição deste tempo sem tempo (MOURA; 2002).

Diante de tudo isso a pergunta que fica é: as redes sociais via *internet* estão quebrando a blindagem da hierarquia midiática ou apenas reproduzem o seu *modus operandi* em alta velocidade? É possível mensurar tudo isso quando se trata de participação política?

Nesse sentido, os autores André Lemos e Fabio Josgrilberg afirmam que:

Há que se situar melhor esse debate. Em primeiro lugar, não é razoável imaginar que uma ação política informal cotidiana gere resultados imediatos. Há uma expectativa de velocidade na obtenção de resultados na internet que não é condizente com qualquer forma de participação política que seja (LEMOS, JOSGRILBERG; 2009, p.167).

As formas de ativismo e ação política ganham dimensões e configurações diversas, mas todas tentam angariar adeptos para suas causas e atingir seus objetivos, mesmo em ambientes instáveis, caóticos e repletos de incertezas como o mundo virtual. Segundo explica o autor Edgar Morin, a ecologia da ação pressupõe “levar em consideração a complexidade que ela supõe, ou seja, o aleatório, o acaso, a iniciativa, a decisão, o inesperado, o imprevisto, a consciência de derivas e transformações” (MORIN; 2000, p.87).

3.4 Participação em rede: usos e práticas

As redes são formadas por relações virtuais, instantâneas. São meios que criam possibilidades de acesso contínuo e geram efeitos no imaginário popular sobre os vários assuntos/notícias ali publicados. Os agenciamentos das matérias jornalísticas nos meios convencionais andam junto com o que se passa nas *timelines* dos usuários do *Facebook*, por exemplo.

Nessa seara, para os autores André Lemos e Fabio Josgrilberg, “as redes de informação e comunicação, em particular a internet, intensificam e aceleram a percepção das ambiguidades e paradoxos da vida urbana podendo levar a novas imaginações políticas” (LEMOS, JOSGRILBERG; 2009, p.159).

Em meio a tudo isso o cidadão comum se torna produtor de informações na *web* replicando e disseminando-as, mas numa instabilidade muito grande em relação à credibilidade do que é publicado.

Ao mesmo tempo em que esta nova situação promove debates, também pode gerar atos de extremismo, discurso de ódio e *fake news*² em tempo recorde. O que poderia ser um espaço de discussão democrática boa parte das vezes é paralisado por polarizações partidárias e ideológicas. A desqualificação do discurso do outro também é muito comum, como se apenas o lado defendido pelo emissor fosse o correto.

Conforme leciona o autor Jesús Martín-Barbero, “o receptor tem uma história de vida e interage ativamente com as informações, ele está posicionado pela renda, religião, grau de instrução, acesso à cultura” (MARTIN-BARBERO; 1997, p.291). Assim, este não é mais visto como um consumidor passivo diante do que é veiculado. Não se trata de uma maioria silenciosa como se pensava, pois é um público capaz de interagir com os conteúdos expressos e a partir deles opinar.

Nesse sentido, os autores André Lemos e Fabio Josgrilberg explicam que:

É sabido que o mundo informal cotidiano é pouco valorizado e objeto de preconceito dos mitos racionais da modernidade. Muito se critica, por exemplo, a participação política na internet, especialmente a dos jovens, por ela não estar inserida nos processos formais de decisão política (LEMOS, JOSGRILBERG; 2009, p.165).

Estamos vivendo a adolescência da *internet*, ainda presenciando uma torrente de informações disformes e fragmentadas sem poder credibilizar opiniões de forma segura. Experimentamos uma fase exploratória das possibilidades de comunicação em rede. A *internet* trouxe um novo mecanismo

² “O escândalo envolvendo a maior rede social da web não deixou dúvidas sobre o impacto desse tipo de estratégia. A Cambridge Analytica – empresa que faz análise de dados de comportamento – é acusada de ter roubado informações de 50 milhões de usuários do Facebook para o envio de marketing político nas eleições norte-americanas. Quando o assunto veio a público, reportagens em jornais demonstraram que a empresa montou “psicográficos”, espécie de perfis baseados em traços das personalidades dos eleitores americanos, com o objetivo de formar opiniões e direcionar votos ao candidato Donald Trump.” Disponível no site: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/deu-no-jornal-na-internet>. Acessado em 26 de abril de 2021.

de agenciamento da vida pessoal que insere os usuários numa atividade produtiva de informações, e a opinião emitida passa a ganhar importância.

Antes, só quem tinha um grande poder aquisitivo podia propagar suas posições e conquistar público; diferente do atual momento, em que o fator financeiro já não é tão determinante para atingir o alvo e público almejado, quanto às habilidades nos processos comunicacionais.

O poder comunicacional não deve ser considerado uma simples modulação do poder político e financeiro. Conecta-se com o conceito de Michel Foucault, o qual dissertava que “um poder que se expressa em dimensões múltiplas, das quais a política é somente uma entre outras” (FOUCAULT; 2012, p. 157).

O que se faz na *internet* é um laboratório do que se faz nas ruas, nas famílias e no dia a dia. O que é possível observar é que quase não se vê uma tentativa de compreensão e respeito pelas posições diversas que se apresentam na rede, colaborando para atitudes fascistas de interpretação dos acontecimentos. É característico de o fascismo eleger um inimigo para eliminá-lo como culpado de todos os males. Já uma democracia consolidada pressupõe a convivência pacífica com o adversário, o diálogo entre os divergentes, comunga com os diferentes e não visa sua eliminação.

Outro fenômeno comumente observado é o chamado ‘filtro invisível’ gerado pelo algoritmo seletivo do *Google* e *Facebook* que retroalimenta páginas sobre assuntos que reforçam crenças já estabelecidas de seus usuários. Assim, conforme aduz o autor Eli Pariser, “cada vez mais, o monitor do nosso computador é uma espécie de espelho que reflete nossos próprios interesses, baseando-se na análise de nossos cliques feita por observadores algorítmicos” (PARISER; 2012, p.07).

A imparcialidade e neutralidade tanto da rede quanto dos usuários se tornam uma miragem diante desse contexto, uma vez que cada usuário reitera seus posicionamentos políticos numa clara tentativa de rechaçar páginas ou discursos que os contrariem. Os pressupostos democráticos voltam a ficar

abalados quando as visões de mundo se repetem num ciclo interminável, é o mais do mesmo que está em questão.

Segundo reafirma o referido autor sobre o que diz Dewey, “a principal dificuldade da democracia, é encontrar uma forma pela qual um público espalhado, móvel e variado consiga se reconhecer de modo a definir e expressar seus interesses” (DEWEY; 1927 *apud* PARISER; 2012, p.112). Diante dessa conjuntura o autor também propõe que a *internet* crie mecanismos que possibilitem o que ele chama ‘serendipidade’, ou seja, expor os usuários a temas que normalmente não estão habituados.

Ainda que o usuário tenha se tornado mais ativo ao interagir com as informações que consome, a personalização das redes põe em xeque se esse usuário está mesmo no controle do que decide clicar ou publicar, mesmo em redes como o *Twitter* que deixa a filtragem por conta de quem usa.

Assim, continuando com os entendimentos do autor Eli Pariser, este afirma que:

A democracia exige que os cidadãos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros; em vez disso, estamos cada vez mais fechados em nossas próprias bolhas. A democracia exige que nos baseemos em fatos compartilhados; no entanto, estão nos oferecendo universos distintos e paralelos (PARISER; 2012, p.09).

O requisito básico para se chegar a uma participação democrática acaba por se esvaziar de sentido, ou pelo menos têm seus objetivos minados por seitas e facções ideológicas. O uso de algoritmos seletivos nas redes facilita ainda mais esse isolamento que tende a deixar que cada usuário se sinta com muita certeza das suas opiniões sobre os fatos.

Nesse sentido, o supracitado autor afirma que “além de modificar a nossa experiência com as notícias, a personalização também altera a economia que determina quais matérias são produzidas” (PARISER; 2012, p.50). O que acontece é uma seleção proposital das informações que os usuários disponibilizam na rede por meio de filtros invisíveis que fazem com que apareçam com mais frequência notícias ou *sítes* ou páginas, de acordo com o nosso perfil ideológico, o que pode dá mais margens a polarização e divisões partidárias rígidas hostis ao diálogo. As redes sociais têm um peso

muito grande para influenciar os debates. Será que a *internet* está facilitando que grupos ou organizações permaneçam pregando para os convertidos?

Para essa questão, o autor Francisco Paulo Jamil Almeida Marques afirma que:

[...] além das dificuldades em promover uma compreensão mútua, que valorize o diálogo normatizado pelo ideal de esfera pública habermasiana, uma ampla quantidade de usuários simplesmente bloqueia qualquer conteúdo que não os agrade, evitando serem expostos a ideias contrárias àquelas em que acreditam (MARQUES; 2016, p.41).

Vários estudiosos apontam que os brasileiros têm uma alta adesão aos meios digitais, mas sempre ressaltam que se trata de mais um instrumento de ação política que sozinho não realiza os potenciais democratizantes da sociedade. Fenômeno esse que não se restringe somente aos brasileiros, haja vista que estes, em geral, se adéquam aos costumes dos norte americanos. O que é possível perceber é que o interesse por política tem crescido muito em função do uso dessas redes, ao permitir que qualquer pessoa opine sobre os assuntos sociais mesmo de forma superficial ou irresponsável, por exemplo, quando repassa notícias falsas. O que se pede é um pouco mais de cautela quando se analisa as potencialidades da rede para o uso político.

Ao se referir ao estudioso Polat (2005), o autor Francisco Paulo Jamil Almeida Marques aduz que:

Naturalmente, há um conjunto relevante de estudos a contradizer todos estes benefícios, sublinhando problemas como, por exemplo, a falta de relacionamento direto entre maior acesso à informação política e participação; a capacidade duvidosa dos usuários em saberem se orientar no “dilúvio” informacional gerado pelas redes digitais; o consumo excessivamente individualizado e personalizado de informações; o interesse prioritário dos usuários por atividades que não se relacionam ao mundo da política; e, além disso, a influência decisiva de grandes corporações sobre os modos pelos quais os cidadãos lançam mão dos mecanismos de Internet (POLAT; 2005 apud MARQUES; 2009, p.230).

Nesse contexto, os autores André Lemos e Fabio Josgrilberg completam que:

A influência da *internet* na opinião pública é visível, ao mesmo tempo já não se dá mais tanto crédito em discursos que apontam soluções alvissareiras para os problemas ou naqueles que dizem que tudo é pura e simplesmente manipulação política. Meios de comunicação não fazem milagre; a educação, talvez. No caso do Brasil, uma

reforma política também viria a calhar. No entanto, há poucos políticos com coragem suficiente para tocá-la adiante (LEMOS, JOSGRILBERG; 2009, p.167).

CAPÍTULO IV - Cidadania digital e vozes alternativas

A *internet* já faz parte do cotidiano de um número muito expressivo de pessoas, aumentando assim as possibilidades de cidadania exercida nas redes numa proporção considerável. As situações ou acontecimentos do universo *off-line* podem ganhar repercussões maiores virtualmente pela rapidez que as informações podem ser propagadas.

Por isso mesmo, o seu uso para práticas cidadãs requer organização e planejamento para se alcançar alguma eficácia política. Os atos *online* se dão no ambiente digital de forma muito acelerada, mas nem sempre obtém os resultados esperados, o que leva à discussão de como alcançar uma cidadania digital que seja o máximo possível participativa. Assim, ao citar Chadwick, a autora Patrícia Gonçalves da Conceição Rossini entende que:

[...] há uma lacuna entre as possibilidades de participação política dos ambientes virtuais e o fortalecimento da relação entre representantes e representados, uma vez que a participação política on-line não depende apenas da vontade do cidadão em participar, mas também da abertura de políticos e governos às recomendações e orientações resultantes da participação *on-line* (CHADWICK; 2009 *apud* ROSSINI; 2014, p.113).

As articulações crescem com a popularização da *internet* e das novas tecnologias no mundo, desenvolvendo uma cultura digital, onde jovens realizadores unem técnica e política para interferir na sociedade. Esses cidadãos agem sem filiações ideológicas rígidas numa clara defesa da democracia, quase sempre optam por se articular em movimentos que não tenham filiação política definida, porém assumem posições que são favoráveis às suas causas. Nesse contexto, a autora Ivana Bentes relembra dos protestos ocorridos em 2013:

Como afinal se movimentar e resistir 'de dentro' dos poderes, como lutar 'de dentro' do capitalismo sabendo que, por exemplo, diante de empreendimentos corporativos que capitalizam o comum, sempre podemos contrapor a multidão (Primavera Árabe, 15M na Espanha, Occupy Wall Street, os protestos de junho de 2013 e manifestações em todo o Brasil) que vem "hackeando" os sistemas de monetização da vida e se apropriando de suas ferramentas e tecnologias para

produzir resistência, turbulências, desvios, invenções (BENTES; 2015, p.09).

Segundo a autora Patrícia Gonçalves da Conceição Rossini, vários autores compreendem a *internet* como um ambiente de potencial democratizante, mas vulnerável em vários aspectos. E, para ela, “torna-se importante compreender quais as práticas sociais e tecnológicas que facilitam formas de participação política deliberativa” (ROSSINI; 2014, p.116).

A inauguração da *web* como organizadora de encontro de lutas políticas trouxe muitas novidades no âmbito social. As Organizações não Governamentais (ONG), que são movimentos sociais e ativismo público, conseguem se desenvolver acopladas em redes de colaboração num ritmo crescente. Nesse sentido, o autor Francisco Paulo Jamil Almeida Marques aduz que “a rede mundial de computadores, além de dar visibilidade, por exemplo, aos movimentos sociais, aproxima entidades, facilitando o que se chama de sociabilidade política, a cooperação, o debate” (MARQUES; 2002, p.15).

Desde a reivindicação do movimento zapatista no Estado Mexicano exposto pelo autor Manuel Castells (2000), a difusão e repositório de informações políticas no ambiente virtual se fez crescer, ainda que seu início se tenha dado em bases concretas do mundo real utilizando a internet para fortalecer suas lutas contra a exclusão social.

Esse foi o primeiro movimento de guerrilha informacional utilizando estratégias de comunicação via web. Dessa forma, a autora Ivana Bentes explica que:

O surgimento do Zapatismo na região mexicana de Chiapas em 1994 vai marcar o reencontro da política dos movimentos sociais ancorados nas comunidades virtuais com a política dos grupos marxistas radicais enredados nas guerras de guerrilha (BENTES; 2013, p.55).

A afluência e a recusa de lideranças partidárias passam a caracterizar os movimentos em rede. A capacidade de articulação dos grupos e a condensação de argumentos que os unem têm mostrado resultados satisfatórios no mundo virtual, conforme afirma a autora Patrícia Gonçalves da Conceição Rossini:

[...] argumentamos que as ferramentas da internet podem empoderar os cidadãos em variadas circunstâncias, que vão desde a capacidade de livre expressão³ até a possibilidade de interferência direta ou indireta na esfera pública e na tomada da decisão política (ROSSINI; 2014, p.114).

A formação de opinião na rede se dá de forma bastante peculiar, ainda que o entendimento do que seja opinião pública seja bastante discutível. Mas a descentralização, diversidade de fontes, pluralidades de ponto de vista e mais opções do que e quando acessar dão novos rumos à comunicação tradicional. Além da vantagem de uma maior transparência que não era possível nos meios convencionais tanto em relação ao que é noticiado quanto em relação às estratégias de campanha política.

Corroborando nesse sentido, o autor Francisco Paulo Jamil Almeida Marques afirma que:

O cidadão passa a depender menos da imprensa tradicional para formar uma opinião política, ou seja, não vai deixar de ler o jornal impresso ou assistir ao 'Jornal Nacional da Globo' com a família, mas o usuário de *internet* passa a contar com um maior número de fontes alternativas, desde governos e sindicatos, até informações providas por particulares (MARQUES; 2002, p.13).

Diante dessa nova forma de se comunicar, é possível vislumbrar a construção de uma mídia cidadã que auxilie na participação político-social. Assim, para o referido autor, “qualquer pessoa que tenha acesso a um computador conectado à internet é participante em potencial dos movimentos sociais que dispõem de um ponto na grande teia” (MARQUES; 2002, p.13-14).

É claro que isso não garante a participação, nem todos os cidadãos estão ou querem estar comprometidos com o fortalecimento e legitimidade da democracia. Mas o que se nota é que a fiscalização do poder público e cobranças por resultados são práticas que se tornam comuns no ambiente virtual, o que pode e muito contribuir para os alicerces e ideais do Estado Democrático de Direito.

³ Liberdade de expressão e direito de imagem: “C.F- Art. 5. (...) IV- é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...) X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito e a indenização pelo dano material ou decorrente de sua violação”.

Assim, o questionamento que se faz, segundo aduz o autor Wilson Gomes, é:

Há informação política disponível, mas há um interesse significativo do usuário da internet em informação política? Temos poucos indícios empíricos de haver suficiente vontade e interesse no jogo político, no processo político e no estado dos negócios públicos para superar o senso de apatia predominante na cultura política contemporânea. E é difícil imaginar que apenas a mudança do meio de informação e de envolvimento político possa alterar a cultura política predominante (GOMES; 2005, p.72).

Nesse contexto, surgem problemas de várias ordens porque nem sempre o público vai sentir que de fato teve relevância ao intervir nesse ou naquele assunto político. O aumento da participação também se dá pelo grau de proximidade com os acontecimentos que afetam diretamente determinados grupos, comunidades sociais ou indivíduos particulares. Até mesmo eventos que geram uma maior comoção pública pela atuação massiva das mídias tradicionais são geradores de participação.

Dessa forma, o autor Antônio Albino Canelas Rubim leciona que:

A Idade Mídia redimensiona e ressignifica a política em três patamares distintos: na telepolítica, isto é, na política realizada em redes eletrônicas, analógicas ou digitais; no aparecimento de novos ingredientes políticos; e na redefinição dos regimes de funcionamento e dos formatos da política realizada em espaços geográficos determinados – aqui apreendidos pela metáfora da “rua” – pela virtualidade da sua possível absorção em redes midiáticas, retidas na noção metafórica de “tela” (RUBIM; 2000, pp.50-51).

As normas, os comportamentos e os valores de determinadas comunidades ou instituições sociais vão ser importantes na criação de uma cultura política que seja inclusiva, participativa e que tenha a soberania popular no horizonte de sua atuação. Ao mesmo tempo as liberdades individuais devem ser asseguradas tanto para os eleitores como dos candidatos, em especial dos primeiros que têm o direito de expressar suas escolhas partidárias sem sofrer retaliações por isso. Já os candidatos cumprem com a legislação e princípios democráticos quando não pregam discurso de ódio nem incitam violência ou fazem uso de expressões preconceituosas.

Nessa seara, os autores Sônia Sebastião, André Pacheco e Mariana Santos explicam que:

A tecnologia, por si só, não resolve nada. Não está em causa a utilidade que este tipo de instrumento tem para a consecução da influência do indivíduo, mas antes a consciência que o indivíduo tem da sua própria importância na construção da democracia (SEBASTIÃO, PACHECO, SANTOS; 2012, p.44).

A cidadania digital exercida em redes pode mudar as dimensões sociais e democráticas das formas de se fazer política ou dela participar. O empoderamento de vozes diversas nesse ambiente dá direitos ao cidadão de reivindicar informações abertas e públicas num processo contínuo que faz parte do próprio jogo democrático. Ou até mesmo reivindicar ferramentas para monitorar tanto a publicidade direcionada como a manipulação de algoritmos que favoreça este ou aquele candidato.

Afirmam os autores Deleuze e Guattari que “como cidadãos participativos, nos preocupamos com o clima de irracionalidade que domina as discussões políticas nas redes sociais e com as palavras de ordem da mídia de massa” (DELEUZE, GUATTARI; 1995, p.32), por isso é importante o surgimento e, completa a autora Patrícia Gonçalves da Conceição Rossini, “a expansão de fenômenos como o jornalismo cidadão, do qual o projeto internacional *Global Voices*⁴ é um dos exemplos mais conhecidos” (ROSSINI; 2014, p.211). A rede redefine as formas de atuação e trabalho dos novos ativistas digitais. E esta está presente, segundo a autora Ivana Bentes chama de corpo multidão:

Pensando na mídia livre, podemos dizer que o sujeito qualquer, o midialivista, diferente do jornalista corporativo, não está em um protesto, ato, manifestação, apenas para fazer o registro (ou reportar) dentro de uma relação de trabalho. Ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa multidão (BENTES; 2015, p.09).

A disputa de narrativas se dá no próprio campo da informação, nas redes. Ivana Bentes (2015) aponta que a solução para a massificação e automatização das informações passa pela própria comunicação como um todo e sugere uma educação para e pelas mídias que prepare o cidadão para o seu melhor uso.

E para dar conta dessas novas redes de informação rápida e mais independente são necessários sistemas de checagem também automatizados

⁴ Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/>.

e uma educação midiática do público, para que passe a identificar os registros diferentes, os gêneros textuais mais informativos, opinativos, de entretenimento, mais partidarizados ou politizados e qual sua conexão com os fatos.

Assim, para a autora Ivana Bentes:

Chegamos num nível bem alto de novelização dos fatos, um tipo de narrativa com vilões, mocinhos, vítimas e algozes que tem enorme penetração no imaginário e nas redes e que funciona como veneno e antídoto, desconstruindo e produzindo memes e clichês (BENTES; 2015, p.88).

Com o surgimento de novos mediadores é possível perceber que as tecnologias criaram outras formas de narrar os acontecimentos políticos e por isso mesmo necessitam de um bom acompanhamento para resultar em boas práticas. Logo, conforme leciona a autora Ivana Bentes, é a partir da compreensão que “as redes são velozes e instituíram outra temporalidade e polifonia na política. Precisamos saber navegar e tomar decisões com base na ‘ruidocracia’. Os muitos se tornaram visíveis e querem participar da vida política” (BENTES; 2015, p.90).

CAPÍTULO V - MEDIATIVISMO

5.1 A Mídia Radical: Política, Comunicação e Movimentos Sociais

A partir do trabalho do autor John Downing (2002), intitulado de 'Mídia Radical: rebeldia na comunicação e movimentos sociais' teoriza sobre mídias radicais, o que o referido autor também as chama de alternativas radicais, e, ainda, afirma que elas nascem da cultura popular e constituem práticas de resistência à hegemonia dominante, questionando suas posições, o que se torna algo ideológico. A importância desses meios é que eles abram espaços para vozes que não pertencem à ordem hegemônica, permitindo que as abordagens e perspectivas da vida social, associadas à comunicação rebelde, sejam nutridas.

Em resumo, o autor John Downing define as características dessas mídias da seguinte maneira:

A mídia alternativa radical expande o leque de informações, reflexões e trocas dos limites hegemônicos muitas vezes estreitos do discurso da mídia convencional. Isto é parcialmente realizado devido à sua abundância. Em segundo lugar, eles frequentemente tentam ser mais receptivos do que a mídia majoritária às vozes e aspirações dos excluídos.

Eles estão frequentemente relacionados aos movimentos sociais do momento e, portanto, espontaneamente, expressam pontos de vista e opiniões que a grande mídia exclui ou ridiculariza. Muitas vezes, eles lideram o tratamento de questões que a mídia convencional demora a perceber. Terceiro, a mídia alternativa radical não precisa se censurar para satisfazer os interesses dos magnatas da mídia, poder estatal entrincheirado ou autoridade religiosa.

Quarto, sua própria organização interna é frequentemente muito mais democrática do que hierárquica. Finalmente, algumas dessas mídias cumprem o papel inovador de modo que a união desses elementos faz todo sentido ver a mídia radical como agentes do poder de desenvolvimento, não simplesmente como instituições de contrainformação (DOWNING; 2002, p.33).

Além do exposto, em seu modelo identifica dois tipos radicais de mídia: o modelo leninista de um lado, que é aquele que os partidos comunistas adotaram ao longo do século XX e atingiu o extremo de censura e assédio da oposição; de outro lado, o modelo de autogestão, onde não existem entidades públicas ou privadas que controlem e sejam encarregadas do meio, no caso, as editoras, mas há uma autorregulação.

Embora o autor John Downing relacione principalmente seu trabalho às mídias como rádio ou imprensa, essa caracterização também se aplica à publicação como um meio cuja ferramenta de transmissão é o livro. Os elementos mencionados acima correspondem a projetos anarquistas, eles expandem a gama de informações, reflexão e troca de limites hegemônicos com base no conteúdo que publicam, e são mais receptivos às vozes dos excluídos de seu trabalho com movimentos sociais.

Não precisam se censurar dada a independência de entidades externas, já que sua organização interna é mais anárquica do que hierárquica e eles cumprem, o papel inovador das formações, ao propor uma abordagem completamente diferente da estabelecida pela mídia tradicional.

No entanto, há um aspecto a ser mencionado, e esse é o fato de o autor John Downing se referir a esses meios de comunicação e as suas estruturas são democráticas. O autor ainda afirma que esses meios de comunicação têm uma estrutura de autogoverno democrático.

Para se referir não a um conjunto de regras para debate e negociação, mas sim a algumas implicações políticas e culturais e econômicas em que o poder do desenvolvimento prospera. O conceito de poder de desenvolvimento pode ser usado para complementar as noções de contra hegemonia e esferas públicas alternativas, e pode ser facilmente simbiótico com as características de muitos movimentos sociais. Essa é a abordagem de John Downing à dimensão de oposição da mídia radical, que opera a partir de uma democracia que não existe em outras esferas da mídia convencional.

Ao falar da cultura popular, o referido autor rejeita a divisão clássica e acentuada de Adorno e Horkheimer cristalizadas em sua obra intitulada

'Indústria Cultural' (1999) entre cultura de massa (produtos de indústrias comerciais como publicidade) e cultura popular (expressão autêntica da visão de mundo dada, por exemplo, na música ou na arte popular), e se refere mais à concepção de Jesús Martín-Barbero (2003), que alude a processos de hibridação entre essas duas esferas. Por esse motivo, ele considera que a cultura popular e a cultura de massa se interpenetram da mesma forma que a cultura da oposição bebe e contribui para as duas primeiras.

O autor Antonio Gramsci argumentou que na perspectiva da sociedade em geral, essas instituições frequentemente (re) produziam uma visão acrítica do mundo que assumia o *status quo* como inevitável e a classe dominante fundamentada precisamente em sua própria capacidade única e autoevidente de liderar a nação com sucesso (não importa o que dizem os críticos individuais dessa classe) (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.22).

Assim, apesar de o sistema também ter sido impulsionado por seus mecanismos econômicos e sustentado durante crises políticas, recorrendo à polícia, aos tribunais, prisões e, por fim, ao exército (o Estado no sentido marxista clássico do termo). Do mesmo modo, essas instituições hegemônicas, por assim dizer, constituíam a vanguarda de suas defesas, seus muros externos.

Ao mesmo tempo, sua influência foi exercida e manifestada por longos períodos de tempo - exceto em um cenário fascista - através de um plano orquestrado a partir do centro. Uma visão social contrária e socialista do futuro de uma nação, conforme argumentou Antonio Gramsci, seria construída ao longo do tempo com a participação das massas, algo, é claro, muito diferente da subordinação dos trabalhadores assalariados e pequenos agricultores que caracterizavam a hegemonia capitalista (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.24).

Uma hegemonia socialista abrigaria a última maioria da população, e suas demandas e prioridades, ficariam encarregadas de continuar seu desenvolvimento permanentemente. Esse movimento político majoritário seria amplamente liderado - mas nunca manipulado ou pisoteado - por um partido comunista.

De qualquer forma, independentemente da nossa posição específica sobre as especificidades da análise de Antonio Gramsci, é razoável aceitar que algumas formas de liderança organizada são essenciais para coordenar desafios à hegemonia ideológica do capital e oferecer programas e perspectivas alternativas convincentes (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.25).

A esse respeito, sua noção de 'intelectual orgânico' quase poderia ser reformulada como 'comunicador/ativista', enquanto para Antonio Gramsci o termo intelectual nunca envolveu pessoas sentadas em torno de elaborar grandes ideias que apenas um pequeno círculo poderia compartilhar (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.25).

Antonio Gramsci congratulou-se com o papel de comunicador-ativistas intelectuais organicamente integrados à classe trabalhadora, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma ordem social mais justa e culturalmente mais ampla, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados nas classes dominantes cujo trabalho comunicativo era simplesmente fortalecer a hegemonia do capital (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.26).

Mais tarde, apesar de Antonio Gramsci nunca ter usado os termos, as noções de contra-hegemonia e contra-hegemonia tornaram-se comuns entre escritores influenciados por seu pensamento, a fim de categorizar as tentativas que questionavam ou desafiavam as estruturas ideológicas dominantes para substituí-las por uma visão radical alternativa (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.30).

E muitas das mídias alternativas radicais realmente se encaixam nessa estrutura. Assim, a proliferação desses meios seria vital tanto para divulgar e desenvolver essas alternativas no debate público quanto para limitar qualquer tendência dos líderes da oposição, não importa de que maneira, se entrincheirarem como agentes de dominação e não de liberdade.

Ao mesmo tempo, a perspectiva de Antonio Gramsci oferece uma nova maneira de entender essas mídias alternativas. No meio de uma estrutura na qual as classes sociais e o estado capitalista são analisados simplesmente

como um aparato que controla e censura a informação, o papel da mídia radical pode ser visto como um esforço para perturbar o silêncio, combater mentiras e fornecer a verdade (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.31).

No entanto, a posição de Antonio Gramsci também aponta para situações menos tensas e talvez muito mais cotidianas, nas quais seria viável uma descrição da hegemonia capitalista em termos de autocensura pelos profissionais da mídia ou outros intelectuais orgânicos em posições de autoridade, sua aceitação incondicional dos códigos de mídia tradicional (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.34).

Sob tais condições, a missão da mídia radical não se limitaria a fornecer dados e fatos a um público ao qual foram negadas essas informações, mas também a explorar novas maneiras de desenvolver uma perspectiva capaz de questionar processos hegemônicos e, portanto, aumentar a confiança do público em sua própria capacidade e poder de projetar mudanças construtivas.

Em suma, Antonio Gramsci não deixou de enfatizar que: a) a hegemonia nunca é algo imóvel e fixo, mas está em permanente negociação entre as classes sociais superiores e subordinadas; b) a hegemonia cultural capitalista é instável e, de fato, sofre graves crises intermitentes, embora, ao mesmo tempo, c) possa gozar por longos períodos de controle uma normalidade que raramente é questionada (GOMES, SOUSA, RABELO; 2015, p.37).

Talvez a crítica do antropólogo James Scott (1999) com relação a Antonio Gramsci, para o propósito deste estudo, uma vez que lida diretamente com a natureza das culturas de resistência contra hegemônicas. Uma questão crucial, desde que as respectivas posições possam ser descritas, como aquela em que o público em geral reconhece a correção de sua posição e a capacidade da classe dominante de liderar (Gramsci), ao contrário de outra em que o público fervura sistematicamente com desconforto disfarçado (Scott).

Sendo assim, a mídia radical poderia facilmente ser objeto de duas leituras muito diferentes: conforme necessário para construir uma contra hegemonia, mas apenas realmente poderosa em tempos de insurreição política ou, por outro lado, a um passo de expressar a própria expressão. Inquietação

em massa profundamente enraizada e perturbadora (apesar da análise de Scott não lidar realmente com a mídia como tal, mas com a comunicação simbólica).

A análise de resistência de James Scott (1999) elabora conceitos como 'transcrições ocultas' e 'infrapolíticas'. Em ambos os termos, significam coisas semelhantes, em princípio, que cada classe ou grupo social antagônico tem uma declaração ou discurso público sobre o que considera fazer e outro privado que apenas circula dentro do grupo.

Com relação à infrapolítica, James Scott (1999) manifesta os níveis reais e pessoais de resistência e fúria, geralmente não exclusivamente no que diz respeito à exploração econômica que as pessoas sofrem, mas também no que diz respeito aos padrões de humilhação pessoal que caracteriza tal exploração (SCOTT; 1999, p.04).

Assim, os infrapolíticos dos pobres incubam e produzem uma variedade de atos de resistência, alguns sutis demais para os olhos inconscientes verem, outros intencionalmente ambíguos para que nem mesmo os olhos de elite, bem treinados e atentos possam encontrar. Nesses atos, razões suficientes para exercer punição. Ou, se são os infrapolíticos das elites poderosas, isso seria constituído pela transcrição velada de ódio, desprezo e fúria contra os camponeses pobres (SCOTT; 1999, p.04).

Para James Scott (1999), muitos pensadores, incluindo Antonio Gramsci, estão muito dispostos a ignorar o vasto espaço que constitui um terreno neutro, um lugar onde a obediência geralmente nada mais é do que uma estratégia consciente e a resistência a uma questão cuidadosamente equilibrada que evita confronto tudo ou nada e, assim, perde o enorme terreno político que fica entre a inatividade e a revolta.

Tal terreno neutro é um campo de este permanente dos limites à poeira quase não se acalmou quando a maneira de recuperar o terreno perdido já foi explorada. Nesse continente que está além ou atrás, James Scott (1999) localiza a estupidez fingida, as fofocas maliciosas, os boatos caluniadores, os feitiços mágicos, a ameaça anônima, músicas, lendas populares, gestos,

piadas, grunhidos, resmungos, incêndio criminoso, sabotagem, atraso e atraso no retorno ao trabalho após o intervalo do meio-dia. Também inclui o que chama de 'reciprocidade imposta', em princípio, as sanções que o grupo impõe àqueles que desrespeitam as fileiras e são subservientes à elite.

James Scott (1999) leva em conta todos os níveis de atos e ações culturais compreendendo-os como um tipo de comunicação alternativa radical, às vezes por meio da mídia, outros como meras demonstrações orais e conversas entre eles de redes de contatos e conhecidos.

Tanto Antonio Gramsci (1983) quanto James Scott (1999) têm muito a contribuir na discussão, e não apenas pelo reconhecimento mútuo das realidades em questão, como exploração econômica, poder político e relações entre classes sociais.

De certa forma, a diferença entre os dois pensadores é de foco. Antonio Gramsci estava interessado principalmente em política de classe nas nações capitalistas mais desenvolvidas durante o primeiro terço do século XX, e, frequentemente, escrevia mais a partir da perspectiva do historiador sobre as principais mudanças sísmicas de longo prazo em questões de política e cultura, períodos como o Renascimento, a Reforma e o Risorgimento italiano.

Já James Scott (1999), por outro lado, preocupa-se com uma descrição etnográfica densa do imediatismo de conflitos micropolíticos, manifestada e expressa através de muitos símbolos e formas de comunicação em um contexto agrário e de transição do terceiro mundo.

Com relação ao movimento social, vale destacar que o termo tem sido usado de várias maneiras após muitas revoltas sociais e políticas em todo o mundo desde o século XIX. Os autores Arato e Cohen (1992) oferecem uma classificação tripla dos sentidos em que esse termo foi usado.

O modelo mais antigo era o da multidão amotinada, a multidão aglomerada e tola agindo cegamente, dirigida apenas por emoções brutais e fora de controle, ou seja, a percepção do ativismo de massa que caracteriza aqueles horrorizados pela Revolução Francesa e pela expansão dos

movimentos trabalhistas e socialistas. Em forte oposição a ele, está o segundo modelo, que concebe os movimentos sociais como atores racionais.

Nesta perspectiva, membros empobrecidos e empobrecidos do público em geral são forçados a gerar recursos alternativos para influenciar o processo político e a distribuição de bens. Entre esses recursos alternativos estão ações coletivas, como greves, apreensões, ocupações, manifestações, operações com tartarugas e bloqueios de tráfego. Longe de serem demonstrações irracionais e explosivas de multidões enlouquecidas, essas ações consistem em táticas cuidadosamente concebidas por aqueles que não têm fortuna nem poder diante do Estado.

Um terceiro modelo vem da pesquisa acadêmica sobre os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS), ou seja, movimentos sociais ecológicos, feministas ou pacifistas. Alguns estudiosos argumentam que esses movimentos representam um novo estágio qualitativo na cultura política contemporânea, bastante diferenciada das características pertencentes a movimentos sociais anteriores, especialmente o movimento trabalhista.

Enquanto esse movimento, por exemplo, buscava obter benefícios econômicos específicos da classe capitalista e pressionava os governos para o desenvolvimento de iniciativas políticas e legais consideradas por seus líderes como benéficas para o povo, o NMS não buscava resultados materiais calculados. Pelo contrário, de acordo com esses pesquisadores, os objetivos do NMS eram amplamente independentes do que o estado poderia conceder; objetivos muito mais relacionados a um senso de crescimento e identidade pessoal em interação com a subcultura do movimento.

Os teóricos da NMS eram a dimensão da 'conscientização' que caracterizava os movimentos feministas da Europa Ocidental e Americana nos anos 1960 e início dos anos 1970, nos quais pequenos grupos de mulheres se reuniam para compartilhar suas experiências de vida, com o objetivo de explorar e despojar as restrições patriarcais a que foram submetidas desde o nascimento, sem a necessidade de organizar um projeto futuro com base nessa exploração. A identidade coletiva era essencial.

Além disso, o fluxo do NMS tendia a ignorar qualquer aspecto de seus 'movimentos' que não se ajustasse ao seu molde conceitual. Portanto, aqueles aspectos dos movimentos feministas que tentam obter melhores cuidados com as crianças, melhores pensões de viuvez ou novas formas de proteção legal para vítimas de estupro, em outras palavras, resultados concretos de fontes governamentais simplesmente pareciam estar fora de questão.

Esses não são os únicos casos de certa cegueira programada para facetas de movimento que contornam os parâmetros do modelo. Por exemplo, o movimento antinuclear pressionou os governos a fechar usinas nucleares, desmontar mísseis e evitar a construção de mais estações (ou armas). Certas partes do movimento ecológico se concentraram no racismo ambiental, atacando a tendência estabelecida por algumas empresas, com o apoio de alguns governos locais, de construir lixões tóxicos perto de comunidades de minorias étnicas. Isso nunca poderia ter sido mera política de identidade.

Esses movimentos generativos podem ter natureza retrógrada, como o veneno anti-imigração que escoia 24 das nações do Ocidente, embora não apenas delas. Por outro lado, eles podem ser construtivos, como os movimentos antinucleares ou feministas. É fato que eles estão onde está a ação e, portanto, o debate, o diálogo e a conversa pública ocorrem em torno de suas agendas. O ponto essencial é que, na vida dos movimentos sociais, existem altos e baixos vertiginosos, momentos dramáticos, conflitos e rupturas, e geralmente uma intensa interação com as forças e subculturas que os cercam, bem como com aqueles que se opõem a eles.

A comunicação e a mídia, interna e externa, desempenham um papel enorme na trajetória dos movimentos. Curiosamente, no entanto, a questão da comunicação e da mídia não é disciplinada em grande parte da literatura sobre movimentos sociais. Para a abordagem da multidão, a comunicação resulta de algum tipo de química brutal. Para a abordagem dos atores racionais, é dada por manifestações e outras expressões organizadas de descontentamento, e para a abordagem da NMS, por uma reflexão permanente sobre questões de identidade dentro do próprio movimento.

5.2 Midiativismo

O caráter idiossincrático da comunicação independente vem ganhando espaço e novos contornos junto às tecnologias de informação. Pensar em midiativismo virou um campo de possibilidades em aberto para os profissionais da comunicação neste cenário tecnológico, embora práticas similares já fossem feitas em períodos anteriores à expansão da internet. Com pautas alternativas e contrárias aos discursos hegemônicos, os chamados midiativistas trabalham para conseguir fazer valer demandas até então impensáveis para o modelo convencional de mídia, através de um diálogo constante com os movimentos sociais.

Nesse sentido, os autores Alessandra Cardoso, Flávio da Rocha Pires Silva e Marcelo Hernandez Macedo explicam que:

É consenso que o surgimento recente de diversos coletivos de mídia independente no Brasil representa uma inovação tanto na linguagem jornalística quanto no sentido de uma distribuição de poder mais equânime no campo da comunicação. Ao transmitirem pela *internet* em tempo real as manifestações de junho de 2013, oferecendo pontos de vista alternativos às mídias hegemônicas, alguns destes novos sujeitos evidenciaram a parcialidade do modelo convencional de cobertura jornalística, sempre voltada para a manutenção da ordem, do comodismo e, portanto, do *status quo*; e, ao mesmo tempo, mostraram também como esses veículos estão distantes das mobilizações sociais em quase todas as suas dimensões, sentidos e países (CARDOSO, SILVA, MACEDO; 2017, p.94).

No que diz respeito à política representativa, que quase nunca abrange todos os segmentos sociais como se propõe a fazer, cresce a importância das novas tecnologias e o acesso às informações de cunho político. Já as práticas midiativistas se projetam nesse contexto como uma produção mais livre de informação em que o jornalismo tradicional é posto em dúvida quanto a suas sacrossantas noções de imparcialidade e isenção. O midiativismo reivindica esse lugar de contraposição e tem posturas claras sobre o que defendem.

Desse modo, os referidos autores ainda aduzem que:

A palavra aponta para uma mídia que se caracteriza pelo ativismo e, nesse sentido, reivindica um novo paradigma para o jornalismo,

contrapondo-se à tradicional proposição de imparcialidade e/ou isenção na cobertura dos fatos. A grande maioria dos grupos que se qualifica como midiativista assume e afirma a sua parcialidade ideológica a favor dos movimentos e mobilizações que reivindicam melhores condições de vida, igualdade social e o fim de uma série de preconceitos que prejudicam diversos tipos de minorias (CARDOSO, SILVA, MACEDO; 2017, p.94).

A trajetória do fenômeno midiativista se dá em escala internacional e se acentua em contextos sociopolíticos regionais em que cidadãos comuns, movidos por insatisfações múltiplas, atuam individualmente ou se organizam em grupos para ter visibilidade em ações de mobilizações e protestos. As trajetórias familiares e pessoais de indivíduos afetados por acontecimentos de ordem econômica, de exclusão e violência ou algo semelhante acabam por influenciar a entrada desses indivíduos no universo de contestação social e, portanto, em engajamento ativista.

A Tunísia é considerada pelo autor Manuel Castells como a precursora da utilização da mídia como forma de ativismo. O movimento teve início numa cidade situada na região central da Tunísia (CASTELLS; 2013, p.25).

Contextualizando ao fato, os autores Alessandra Cardoso, Flávio da Rocha Pires Silva e Marcelo Hernandez Macedo relembram que:

No dia 17 de dezembro de 2010, um jovem vendedor ambulante, chamado Mohamed Bouazizi, ateou fogo em seu próprio corpo diante de um prédio do governo, como último grito de protesto contra a humilhação que consistia no confisco frequente de sua bancada de frutas e verduras pela polícia local. Graças à dimensão proporcionada pela conexão em rede, a sua autoimolação foi o estopim para o desencadeamento de uma onda revolucionária em todo o país. O registro do ato foi compartilhado pela internet, dando início a uma série de atos simbólicos que representavam o descontentamento dos jovens e que estimulavam a bravura dos mesmos (CARDOSO, SILVA, MACEDO; 2017, p.100).

O surgimento do midiativismo como aparece hoje está atrelado ao crescimento das redes na internet que agora dão ao cidadão mais chances de se fazer ouvir e disputar com as versões oficiais dos meios de comunicação de massa a definição das narrativas sobre o que lhes acontece. As desigualdades econômicas, de raça e gênero muitas vezes acabam sendo o motor para fazer insurgirem esses movimentos contestatórios da ordem vigente e as redes digitais despontaram como vias alternativas aos relatos oficiais oportunizando voz e vez aos invisíveis sociais.

Corroborando nesse sentido, o autor Leonardo Feltrin Foletto explica que:

A internet libera o polo emissor da informação para qualquer pessoa com (alguma) capacidade de lidar com os computadores e a rede, pulverizando a ação política em milhões de mídias ao redor do planeta. É, então, que começamos a falar do midiativismo que conhecemos hoje: são aqueles em que pessoas – ou grupos, organizados em rede – criam seus próprios relatos de acontecimentos, normalmente de interesse público como protestos, manifestações e reuniões coletivas, e assim disputam uma “guerra de narrativas” com os veículos de referência (FOLETTTO; 2018, p.97).

As experiências chamadas midiativistas ganharam proporções mundiais com o crescimento da *internet*, ainda que seus efeitos sejam relativizados por contextos socioeconômicos específicos. O mesmo fervor com que se pensavam os potenciais democratizantes da *internet* agora são também motivos de desconfiança quanto ao caráter comercial e centralizador das redes que se sobrepõe aos interesses dos coletivos/movimentos sociais que buscam outra forma de sociedade e também de se comunicar. Diante desses tensionamentos políticos é possível ao menos cogitar que temas antes invisibilizados ou desqualificados como menos importantes pelos grandes conglomerados de mídia entrem como assuntos a serem debatidos.

Dessa forma, conforme explicam os autores Alessandra Cardoso, Flávio da Rocha Pires Silva e Marcelo Hernandez Macedo:

Nessa disputa de narrativas, os meios alternativos, a partir do streaming, podem oferecer outras versões de forma quase instantânea, configurando-se assim como uma efetiva fonte contra-hegemônica. Tivemos vários exemplos nesse sentido em 2013 no Brasil e, vale lembrar-se da experiência espanhola, onde uma distorção na cobertura de um atentado terrorista manchou a imagem de um governo com reflexos imediatos nas urnas. Nesse sentido, podemos reforçar o argumento que o midiativismo significa uma mudança de paradigma na produção de informação (CARDOSO, SILVA, MACEDO; 2017, p.110).

Para além de um paradigma tecnicista e revolucionário que via com excessivo otimismo o aparecimento dos aparatos tecnológicos modernos, é inegável que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) introduziram novas formas de produção de informação e a possibilidade de participar com mais interatividade e cooperação do que nas mídias tradicionais.

Assim, conforme ressalta a autora Luciana Bicalho, “trata-se de um processo orgânico de alimentação de notícias que ganha vitalidade pelo engajamento social” (BICALHO; 2018, p.590). A palavra engajamento ganha muita força diante dessas produções midiáticas independentes que agora se apresentam com caracteres estéticos, éticos e financeiros diferenciados.

Nesse contexto, a autora Ivana Bentes aduz que:

Com orçamentos mínimos, estruturas enxutas, mas um alto engajamento, a mídia livre tem aglutinado forças para além da função jornalística e ou informativa, produzem comoção. Uma produção que tem no componente comportamental e estético um diferencial como pode ver em algumas coberturas fotográficas de alto impacto, como em ‘A batalha de Brasília’, registro fotográfico do ‘#OcupaBrasília’ do dia 24 de maio, pelas lentes da Mídia Ninja e seus colaboradores (BENTES; 2018, p.159).

O engajamento passa a ser uma das principais marcas dessas novas mídias ditas independentes. O estímulo para que o público seja participativo e colaborador de seus conteúdos é uma constante. Essa mudança de panorama e intensa participação são explicadas pelo autor Roger Fidler, o qual conceitua de ‘midiamorfose’ (FIDLER; 1998 , p.57), em que novos espaços e ambientes digitais surgem e permitem o florescimento de um ecossistema midiático contrário às práticas hegemônicas encontrando mais diversidade no mundo da Internet.

Mas como funciona o engajamento orgânico? Segundo procura responder este questionamento, a autora Ivana Bentes aduz que:

Se analisarmos uma página como a da Mídia Ninja, que, em janeiro de 2018, tinha 1.681.793 seguidores, as estratégias utilizadas para obter um alto nível de engajamento passam por uma inteligência distribuída em rede, pela participação dos seus seguidores e produtores nos processos narrados e pela representatividade e diversidade de agentes em todo o processo de produção de notícias, opinião, análises, *likes*, comentários e compartilhamentos (BENTES; 2018, p.165).

O consumo coletivo da mídia é que passa a caracterizar o novo ecossistema de produção de informações introduzindo outras práticas de se produzir jornalismo em relação ao modelo corporativista. Muito mais preocupados em transparência do que com as noções de objetividade e imparcialidade, essas novas mídias programaram formas de interação

singulares que acatam as subjetividades e o que Ivana Bentes (2018) diz se tratar de 'afetos' políticos.

Com a permanente sensação de que as mídias tradicionais favorecem determinados grupos ideológicos e político, onde as redes sociais são as principais plataformas usadas por esses coletivos na divulgação de suas ações e na circulação de seus discursos políticos. E os participantes dessas redes tentam todos à sua maneira construir uma imagem de valor positivo individualmente (estética do self) ou de grupos inteiros, tanto para as causas que defendem quanto para os políticos que apoiam.

O autor Cláudio Lessa, remete as reflexões do autor Moraes (2007), o qual fez uma reflexão sobre os:

[...] avanços e impasses no uso das redes virtuais como ferramentas da comunicação alternativa e elenca alguns de seus traços: possibilitam conexões globais, marcadas pela não linearidade do espaço-tempo, pela fusão do local e do global, pela convergência de várias mídias, pelo uso de softwares livres, pela criação de estruturas colaborativas, formadas por grupos que partilham afinidades, objetivos e temáticas comuns, o que os permite gerar laços simbólicos e solidários e a instauração de [...] fluxos na perspectiva de organismos críticos e reivindicantes da sociedade civil (MORAES; 2007, p.03 *apud* LESSA; 2018, p.338).

Os debates em torno dos usos das novas tecnologias ganham fôlego e seu papel contra hegemônico é valorizado e enaltecido.

Nesse sentido, segundo aduzem os autores Adélia Barroso Fernandes e Leilane Tolentino Stauffer, ao remeter aos conhecimentos do autor Malini (2013), que:

[...] o principal objetivo é que cada subjetividade produza seu movimento na rede, que encontre e lance, fora do *modus operandi* dos veículos tradicionais, narrativas em rede capazes de despertar diferentes gostos e públicos e alargar as fronteiras midiáticas (MALINI, 2013 *apud* FERNANDES, STAUFFER; 2018, p.913).

A chamada guerrilha informacional está em contínuo processo de ampliação das narrativas sobre os acontecimentos políticos que afetam os destinos de milhões de pessoas. No caso específico do jornalismo são gerados pontos de tensão com as práticas tradicionais. A *internet* impulsionou os movimentos sociais e deu novas roupagens a lutas antes negligenciadas ao

mesmo tempo em que aumentou o raio de atuação desses grupos independentes em escalas jamais imaginadas.

Há poucos anos, duas das mais influentes forças das recentes sociedades modernas, a tecnologia da informação e os movimentos sociais, uniram-se, produzindo resultados surpreendentes. Assim, segundo o autor Anthony Giddens explica:

Nesta era da informação em que se vive a sociedade em geral, os movimentos sociais espalhados pelo globo conseguem se unir em imensas redes regionais e internacionais que abrangem organizações não governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações que lutam pelos direitos humanos, defensores dos direitos de proteção ao consumidor, ativistas ambientais e outros que agem em defesa do interesse público (GIDDENS; 2005, pp.357-358).

Os novos canais de mídia digitais redimensionam o espaço público e inventam maneiras diferentes de enfrentar os poderes estabelecidos. O que surge é um ecossistema midiático cheio de turbulências e novidades, mas também com possibilidades únicas de dinamização da vida pública e da política moderna. Os 'midialivristas' aparecem nesse contexto de contestação assumindo suas posições subjetivas e apresentando mecanismos de produção de informação que foge ao modelo padrão e tradicional. É possível identificar estratégias de contrapoder e muitas tensões entre as mídias chamadas livres, movimentos sociais, tecnologias digitais e o jornalismo corporativo.

Nesse sentido, o autor Manuel Castells aduz que:

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas da mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS; 2013, p.14).

Muitos desses movimentos, conforme afirma o autor Jürgen Habermas, são contestatórios da ordem vigente e visam reconstruir a esfera pública (HABERMAS; 2003), ao provocar a difusão de demandas políticas mais democráticas usando a internet como agregadora dessas pautas que ganham grandes proporções em 'efeitos virais' tanto relacionados a temas específicos quanto a acontecimentos políticos pontuais.

Esse fenômeno é nomeado pela autora Ivana Bentes como “mobilização global político afetiva” (BENTES; 2013, p.14). As minorias sociológicas, por exemplo, antes excluídas das possibilidades de participação, agora confrontam as estruturas tradicionais.

O intercâmbio entre as redes sociais, as ruas e a esfera política se dá em permanente negociação e conflitos, pois, segundo afirma o autor Charaudeau “[...] o sujeito informador, capturado nas malhas do processo de transação, só pode construir sua informação em função dos dados específicos da situação de troca” (CHARAUDEAU; 2012, p.42). Por isso o surgimento de grupos que propõem uma radicalização da democracia pelas chamadas mídias livres se torna mais frequente.

Nesse sentido, a autora Ivana Bentes explica que se:

[...] falamos de uma reinserção do corpo e dos corpos nas manifestações. Estamos num momento intenso de potencialização política e de emergência de novos discursos e atores que usam as redes sociais e se organizam conectando as redes digitais com os territórios e os corpos. Olhando para as imagens produzidas, cartazes, *memes* na *internet*, *hashtags*, vídeos e fotografias, encontramos uma transversalidade e complementaridade desses movimentos e discursos (BENTES; 2015, p.24).

Motivadas pelas possibilidades da Web 2.0, as micro práticas midiáticas entram no rol de novas lutas por democratização da informação e por mais visibilidade de grupos marginalizados socialmente. A produção de subjetividades que esses novos meios passam a propiciar coaduna com os formatos digitais de conteúdos circulando rapidamente pelo ciberespaço sem a necessidade dos mediadores convencionais. Segundo aduz o autor Manuel Castells (2013), esse novo modelo continua sendo de massa, mas guarda peculiaridades de um universo ainda em expansão e cheio de descobertas:

É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é auto selecionada (CASTELLS; 2013, p.12).

A intermediação de um jornalista atuando individualmente se tornou muitas vezes dispensável nesse contexto de produção autônoma e coletiva de

conteúdos. O midiativismo digital começa a '*hackear*' as narrativas oficiais e alarga o campo de versões sobre os acontecimentos publicados questionando as práticas produtivas verticalizantes dos meios de comunicação de massa. Para os autores Fábio Malini, Henrique Antoun e Ivana Bentes, a prática 'midialivrista' seria:

[...] o *hacker* das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativa sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação. Em muitos momentos, esses hackers captam a dimensão *hype* de uma notícia para lhe dar outro valor, outro significado, outra percepção, que funcionam como ruídos do sentido originário da mensagem atribuído pelos meios de comunicação de massa. Essa narrativa hackeada, ao ser submetida ao compartilhamento do muitos-muitos, gera um ruído cujo principal valor é de dispor uma visão múltipla, conflitiva, subjetiva e perspectiva sobre o acontecimento passado e sobre os desdobramentos futuros de um fato (MALINI, ANTOUN, BENTES; 2013, p.23).

É nessa conjuntura que as mídias livres tomam espaço e incentivam a produção de informação pelos próprios usuários que agora assumem o protagonismo de seus interesses.

Um horizonte mais plural e diversificado começa a se delinear, conforme explica a autora Alice Ferry de Moraes, "com o fortalecimento das vozes da cidadania, das dinâmicas participativas e múltiplas práticas culturais e interculturais" (MORAES; 2002, p.49). Nesse mesmo ecossistema midiático também aparecem audiências em busca de replicar discursos de ódio potencializados pelo virtual e com o risco de se materializar no mundo concreto em que o diferente é visto como uma ameaça.

Nesse contexto, o autor Wilson Gomes completa, afirmando que:

E se na *internet* de fato floresce um espaço da liberdade de expressão e de experiência democrática, ela igualmente se transformou no paraíso dos conservadores, da ultradireita, dos racistas e dos xenófobos, um refúgio que, aliás, lhes têm sido mais seguro e próspero do que o mundo off-line (GOMES; 2005, p.74).

Espaços de resistência são construídos dentro dessa dinâmica de práticas que tentam escapar das lógicas mercadológicas de produção de informação. As mídias livres exercem um papel de pressão em relação aos órgãos oficiais de propagação de notícias, isso tudo em meio à crise de identidade que o jornalismo tradicional atravessa nos últimos anos. A mediação

do jornalista corporativista que se vê enredado em questões de censura e autocensura agora ganha outras possibilidades de produção de informação na era digital.

Corroborando neste contexto, o autor Thiago Ribeiro D'angelo Almeida explicita que:

Questão importante exposta pelo 'midialivrisimo' é que a coletivização de informações sobre ações diretas nas ruas, por exemplo, não necessita exclusivamente do intermédio da macromídia para chegar ao conhecimento do grande público, podendo ser realizada diretamente pelos integrantes da ação e acessada por círculos sociais diversos que se interconectam através das redes telemáticas (ALMEIDA; 2015, p.86).

O 'fazer por contra própria' (*do it yourself*) passa a caracterizar as práticas 'midialivristas' que contam com a colaboração dos próprios cidadãos que de posse de seus celulares criaram mecanismos de interação para tentar influenciar a cultura política e social vigente, seja opinando ou interferindo no andamento dos projetos governamentais exigindo mudanças socioculturais ou criticando propostas que julguem prejudiciais à democracia.

Aqui também as redes de comunicação digital abrem novas oportunidades, ao permitirem aumentar o quociente de fiscalização e de transparência governamental. Dessa forma, conforme explica o autor Francisco Paulo Jamil Marques:

Por serem plataformas que viabilizam uma difusão ágil de conteúdos, tais redes pode constrianger a adoção de comportamentos inadequados, tanto no que concerne à aplicação de verbas públicas, quanto no que se refere à violação de direitos e regras que normatizam o jogo democrático – sobretudo em situações nas quais as violações são praticadas por agentes do Estado (MARQUES; 2002, p.22).

Imersos em novas práticas, o público midiativista se reapropria do modelo convencional de comunicação, resignificando, reconfigurando e o redirecionando para outros sentidos que não só aqueles já conhecidos das estruturas verticalizadas e fluxos assimétricos de produção de informação. Uma miríade de coletivos surge e se esforça para ter um espaço de fala e criar canais de mídias mais democráticos abertos à diferença.

Assim, o autor Thiago Ribeiro D'angelo Almeida explica que:

Como herdeiros dos processos de ocupação midiática e articulações que se desenvolvem nas últimas décadas, e brotando em um ecossistema midiático complexo em profusão, as novas mídias ativistas pós-massivas brasileiras, como a 'Mídia NINJA, PósTV, Coletivo Mariachi e Coletivo Carranca', ambos do Rio de Janeiro, Coletivo Nigéria, de Fortaleza, além de toda a ecologia de mídias livres individuais decorrem também de um processo que foi iniciado ainda nos fins dos anos 1990, com o Slashdot, de 1997, que precede o *Independent Media Center* (IMC), de Seattle, o qual se constituiu no bojo das intervenções populares e protestos que geraram a 'batalha de Seattle' contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), que realizava encontro naquela cidade em 1999 (ALMEIDA; 2015, p.93).

Esses coletivos atuam em conjunto com cidadãos comuns desconfiados das versões oficiais das mídias corporativistas e indo numa direção de desmistificar formas simplistas de classificações dos acontecimentos públicos. Alguns autores e idealizadores dessas mídias livres apontam que a mídia tradicional invoca estereótipos e estigmas para dar conta de situações muito complexas, acaba bebendo na fonte de maniqueísmos e polarizações que só ajudam a reforçar os padrões já estabelecidos de percepção dos fatos.

Diante de manifestações, por exemplo, a mídia corporativa se arvora a trabalhar com clichês e acionar preconceitos que mantém uma violência simbólica com os modos de vida singulares e desqualifica atos públicos em prol de mais igualdade e dignidade. Segundo o referido autor:

Ora, se em busca da exclusividade ou imediatismo, o jornalismo resulta em uniformização e banalização (BOURDIEU; 1997), temos a mensagem monolítica, como atesta Barros Filho (1999, p.270), colaborando para a construção do consenso. Sendo assim, discurso uniforme que aponta "vândalos" e "esquece" os meandros políticos das ações nas ruas acaba se configurando em uma violência simbólica que passou a ser desnudada pelos indivíduos nas redes sociais (ALMEIDA; 2015, p.132).

Segundo afirma a autora Ivana Bentes, os novos profissionais da comunicação e do jornalismo tem o desafio de se tornarem "testemunhas-observadores dos acontecimentos" (BENTES; 2015, p.59), não mais meros transmissores ditos imparciais. Com a proposta de narrar de dentro dos acontecimentos, os integrantes das mídias livres se ocupam de gerar ações em trocas triangulares: casa- rua-rede. Há um câmbio constante entre o público e o privado.

Nesse sentido, o autor Thiago Ribeiro D'angelo Almeida explica que:

A narrativa imersiva destaca microacontecimentos, pequenos fenômenos que não são noticiados por não passarem nos filtros da noticiabilidade do jornalismo corporativo, mas que são visibilizados por esta narrativa e colaboram para um jornalismo detalhista, que possui outro nível de sensibilidade e percepção dos planos micros dos fenômenos sociais (ALMEIDA; 2015, p.149).

Grupos de midiativistas acreditam que uma democracia de verdade seria próxima de um autogoverno, o povo se autogovernando. Há uma clara tentativa de rechaçar discursos autoritários e que tenham a violência como solução dos problemas sociais. Muitos desses coletivos costumam identificar o que vivemos hoje com uma plutocracia, palavra que vem do grego (*ploutos*: riqueza; *kratos*: poder) e designa o governo em favor dos ricos, que legitima e favorece o *status quo*.

Logo se questiona se a sociedade estaria vivendo numa plutocracia neoliberal disfarçada de democracia? Essa pergunta parece significativa em tempos de fascismo explícito e políticas monetárias geradoras de bolsões de miséria e desempregos. Com a liberação do polo emissor esses grupos encontraram espaço para reivindicar direitos e combater práticas abusivas, coexistindo com as mídias massivas os coletivos de mídia possibilita ainda mais proximidade entre usuário e conteúdo.

Contra um capitalismo que se globalizou baseado em estruturas verticais e hierarquizadas, eis que surgem movimentos que propõe e praticam formas de redes descentralizadas, conforme afirma o autor Manuel Castells (CASTELLS; 2013); 'rizomáticas' segundo os autores Deleuze e Guatarri (DELEUZE, GUATARRI; 1995); ou sem personificação de lideranças nem comando de partidos, segundo a autora Fernanda Costa-Moura (COSTA-MOURA; 2014).

O midiativismo permitiu mais potência aos movimentos sociais que já tinham grande adesão antes mesmo do boom tecnológico. O ativismo na internet cria a capacidade de multidões se conectarem em prol de causas comuns provocando uma ruptura no processo comunicacional das mídias tradicionais.

Dessa forma, o autor Assis aduz que:

[...] o ativista é um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos (ASSIS; 2006, p.14).

Muitos desses grupos em algum momento podem acabar reproduzindo o modelo convencional que dizem rechaçar ou são capturados pelos modelos hierarquizantes. O que fica de mais peculiar em suas práticas é a capacidade de introduzir as subjetividades nos acontecimentos além de permitir compartilhamento de informações em tempo real de maneira colaborativa e crítica.

Nessa seara, o autor Antônio Augusto Braighi leciona sobre os entendimentos de Paulo Freire, e aduz que:

Pensando em um processo midiático mais próximo do trabalho crítico, entendemos que este deveria levar em consideração uma lógica freireana, com processos balizados pela problematização, pelo diálogo, pela desalienação e pela horizontalidade das trocas (FREIRE; 1987 apud BRAIGHI; 2016, pp.104-105).

Assim, o midiativismo segue provocando mutações nos modelos tradicionais, conforme explica a autora Ivana Bentes:

E essa seria uma das formas de distinguir o jornalista profissional do midiativista – lutam menos por uma intervenção ou ação sobre os fatos e mais pela captação e monetização da atenção e do desejo do espectador (BENTES; 2015, p.27).

As máquinas de sentido não cessam de disputar público com suas estratégias de discursivas, o midiativismo cresce em meio aos novos rearranjos comunicacionais ainda que não seja possível uma mensuração precisa tanto de sua potência quanto de sua eficácia política. Diante dessas práticas singulares há apenas que se conjecturar sobre suas vicissitudes e das armadilhas da era da pós-verdade.

Retornando aos conceitos do autor Antônio Augusto Braighi, este afirma que:

O discurso dos midiativistas seria tão carregado e intricado quanto o dos veículos de comunicação de massa, guardadas as proporções e os intentos, uma vez que se trata de narrativas, sendo natural do processo 'diegético' uma objetificação de experiências subjetivas, por meio de perspectivas, logo impossível a coincidência totalizante entre fato e relato. E, por fim, não se têm garantias sobre os efeitos na audiência (BRAIGHI; 2016, p.166).

CAPÍTULO VI - ANÁLISE DO MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER NA PLATAFORMA DO TIKTOK

6.1 Contextualização da plataforma Tiktok entre demais redes sociais

O Tiktok (iOS/Android) é uma ferramenta que surgiu em 2016, lançada primeiro na China, cujo seu nome inicial era Douyin, e que em 2017 mudou para o nome quando foi lançada para o resto do mundo. Ela foi elaborada para que qualquer usuário pudesse compartilhar vídeos curtos, que possuam entre 15 a 60 segundos, porém, oferece amplos recursos para editá-los, como incluir filtros, legendas, trilha sonora, *gifs*, fazer cortes e usar a criatividade.

Apesar de seu lançamento tenha se dado, mundialmente se referindo, em 2017, foi em março de 2020 que esta ferramenta ganhou relevância global, devido o isolamento social condicionado pela pandemia.

Corroborando nesse sentido, a autora Daniela Araújo afirma que:

Desde então, o TikTok faz cada vez mais sucesso no mundo inteiro e foi ainda mais impulsionado pelo isolamento social. Dados do primeiro trimestre mostram que o TikTok chegou a 2 bilhões de downloads. Cinco meses antes, o número era de 1,5 bilhão (ARAÚJO; 2020, *in site*).

Assim, segundo as informações da referida autora, este foi o aplicativo mais baixado do mundo no mês de março de 2020, sendo que seu crescimento acelerado e contínuo se deve pelo fato dessa ferramenta atrair usuários de faixas etárias de todas as idades, dentre adolescentes e idosos, bem como artistas famosos.

O seu criador foi o chinês Zhang Yiming, um dos bilionários mais ricos de seu país, tendo como aperfeiçoamento profissional a engenharia de

software, e além de engenheiro, planejava produtos nessa linha. A autora Daniela Araújo explica que:

Depois da Kuxun, Yiming passou brevemente pela Microsoft, mas saiu de lá por causa de suas regras corporativas. Após o período na gigante tecnológica, foi para a startup Fanfou, um site de microblog que foi a primeira clone do Twitter na China.

Em 2009 fundou sua primeira empresa, a 99Fang, uma plataforma online de informações sobre imóveis que se tornou muito popular na China (ARAÚJO; 2020, *in site*).

Um dos pensamentos visionários de Zhang Yiming era que o desenvolvedor de um produto precisa, antes de tudo, entender seus usuários, conforme afirma na entrevista dada para a referida autora:

Durante muito tempo, eu apenas assistia aos vídeos do TikTok [...]. Porém, mais tarde tornamos obrigatório para todos os gerentes criar seus próprios vídeos no app. [...] Foi um grande passo para mim. – Zhang Yiming (ARAÚJO; 2020, *in site*).

Assim, desde o início da pandemia, o Tiktok se tornou um fenômeno que, sendo ele um dos aplicativos mais instalado no mundo. Nesse sentido, o autor Nilton Cesar Monastier Kleina afirma que:

Segundo dados da empresa de consultoria SensorTower, não foi o mensageiro WhatsApp e nem redes sociais tidas como dominantes em audiência, como Facebook, Instagram ou YouTube. O líder nesse quesito nos sistemas operacionais como Android e iOS foi o Tiktok. Recente tanto em tempo de funcionamento quanto em popularização, a plataforma é voltada para entretenimento e criatividade, com um conteúdo rico de formato personalizado e interativo (KLEINA; 2020, p.19).

A referida plataforma foi idealizada para focar em produções de vídeos, de curta duração, tendo os filtros como uma possibilidade de uso e, ainda, adição de música de fundo, conforme o desejo do usuário. Dessa forma, a plataforma *online* foi conquistando espaço entre os adolescentes, conhecidas como ‘a geração Z’, segundo classifica o referido autor, e se estabeleceu, então, nesse mercado ascendente em países como Índia, EUA e Brasil, por exemplo.

Essa referida geração Z, segundo a autora Francesca Savino afirma:

[...] é uma geração mais crítica, dinâmica e tecnológica, e que se preocupam com o futuro, em hábito, preferência e ações. São totalmente integrados com as tecnologias, valorizam a comunicação virtual, fazem várias coisas ao mesmo tempo, tem uma visão ampla e

precisam receber instruções para desenvolver suas tarefas (SAVINO; 2016, p.129).

O autor Nilton Cesar Monastier Kleina explica que a referida plataforma apostou em um *'feed'* nas publicações, as quais estariam integralmente baseadas em algoritmos, “trazendo conteúdos que passam pela curadoria de uma inteligência artificial e com interface otimizada para celulares” (KLEINA; 2020, p.19).

Nesse contexto, os autores Juan Carlos Medina Serrano, Orestis Papakyriakopoulos e Simon Hegelich aduzem que:

Como sugere Zhang (2020), ao menos na China, o Tiktok já se consolidou como uma comunidade completa de entretenimento ao integrar serviços de comércio eletrônico, educação, empoderamento cultural, turismo e propaganda. Porém, as publicações trazem também a política e o ativismo como um dos aspectos relevantes em seu ecossistema (SERRANO, PAPAKYRIAKO-POULOS, HEGELICH; 2020, *in site*).

Após a instalação das TIC na sociedade mundial, as plataformas *online* passaram a serem utilizadas de forma massiva servindo como veículo de criação e divulgação de materiais eleitorais, ativistas ou simplesmente opinativos, fato este que, conforme explicam as autoras Erica Anita Baptista, Patrícia Rossini, Vanessa Veiga de Oliveira e Jennifer Stromer-Galley, “já foi identificada inclusive no Brasil, com alguns impactos diretos, especialmente apontados nas eleições presidenciais de 2018” (BAPTISTA, et al; 2019, p.29).

Colaborando nesse sentido, os autores Ruth Reis, Daniela Zanetti e Luciano Frizzera afirmam que:

Conteúdos de redes sociais agora são considerados um tipo de *'mercadoria'* que pode ser comercializada dentro das políticas das plataformas, subverteram as fronteiras entre entretenimento e informação e contagiaram todos os níveis da experiência social, entre elas a política (REIS, ZANETTI, FRIZZERA; 2020, p.41).

Dessa forma, segundo explica o autor Wilson Gomes, a referida plataforma é, ao mesmo tempo, um espaço de produção e expressão de ideais políticos, contudo, “pode-se configurar em um instrumento à disposição de agentes sociais” (GOMES; 2005, p.75).

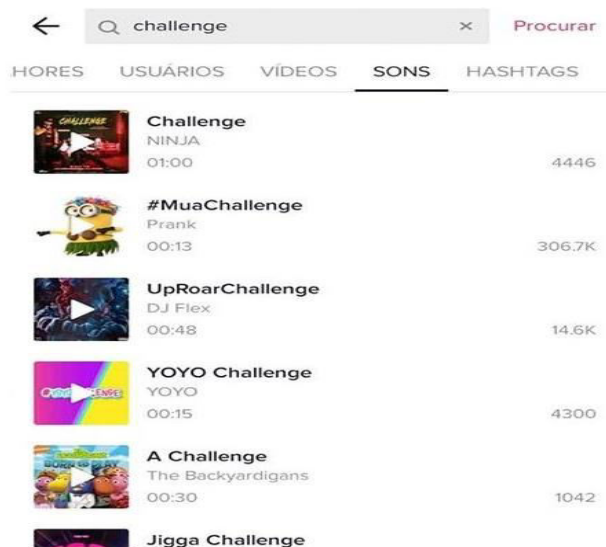
6.2 Funcionamento da plataforma Tiktok

Inicialmente a plataforma ficou famosa em seu país de origem, a China. O Tiktok foi criado pela desenvolvedora Byte-Dance no segundo semestre de 2016, operando no referido país com outro nome Douyin. Contudo, sua versão internacional foi batizada de Tik Tok e lançada em setembro de 2017. Apesar de os dois modelos dessa ferramenta terem os mesmos recursos de publicação do *software* original, se diferenciam devido o fato de a Douyin possuir algumas modificações para o público local, como uma loja *online* embutida e campanhas de *marketing* envolvendo celebridades do país.

A autora Katie Elson Anderson relembra que:

[...] boa parte da primeira leva de usuários do Tiktok resultou em uma migração por causa do fim de uma plataforma de vídeos de curta duração, o Vine, encerrado em 2017. Um ano depois, o Tik Tok recebeu um acréscimo de recursos e mais uma base de usuários ao incorporar o Musical.ly, um aplicativo concorrente de vídeos curtos previamente editados e bastante baseados em canções, seja em montagens ou dublagens (ANDERSON; 2020, p.07).

Imagem 01: Interface da plataforma do Tiktok:



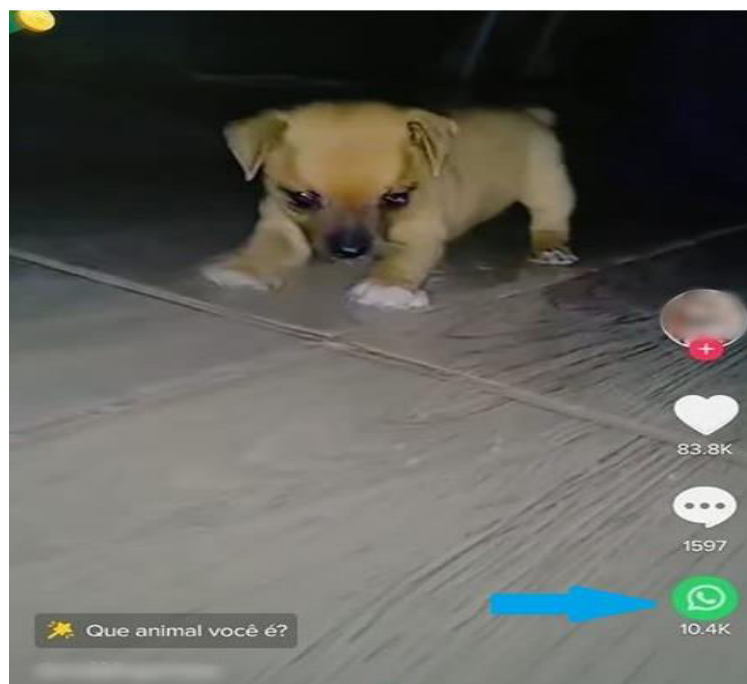
Fonte: Adaptado do site CanaltheC (VELASCO; 2020, *in site*).

A popularização do serviço foi acelerada, segundo ressalta o autor Nilton Cesar Monastier, e em 2017:

[...] o TikTok foi considerado um dos aplicativos móveis de crescimento mais rápido a nível mundial pela Statista. Além disso, em 2019, ele foi o terceiro software para *smartphones* mais baixado no mundo, excluindo-se os jogos, com um total de 1,5 bilhão de downloads. No primeiro trimestre de 2020, de acordo com a *SensorTower*, o TikTok ampliou ainda mais a popularidade e ultrapassou a marca de 2 bilhões de *downloads* totais. Um dos motivos listados pelo relatório é a pandemia da Covid-19, que ampliou o tempo de uso do celular pelo consumidor global que cumpriu as normas de isolamento social (KLEINA; 2020, p.22).

Assim, conforme explicitam os autores, Yu-Huan Wang, Tian-Jun Gu e Shyang-Yuh Wanga, proposta de funcionamento do TikTok é de ser uma rede social, onde se publica e consome vídeos de curta duração, acompanhados por uma música de fundo, a qual é diretamente selecionada pelo usuário, por meio de uma ferramenta interna da própria plataforma, feita durante a publicação e, ainda, se poder fazer diversas edições com filtros pré-definidos pela plataforma ou personalizados pelos usuários (WANG, GU, WANG; 2019).

Imagem 02: Compartilhamento de vídeos no Tiktok:



Fonte: Adaptado do site Canalthec (VELASCO; 2020, *in site*).

Corroborando nesse contexto, o autor Nilton Cesar Monastier afirma que:

Qualquer pessoa com uma conta pode publicar clipes entre 15 e 60 segundos, sendo o conteúdo um arquivo previamente salvo na galeria do celular ou capturado na hora usando a câmera do dispositivo. O conteúdo é acompanhado de uma descrição curta em texto, que inclui o uso de *hashtags* (#) que catalogam o clipe em determinadas seleções, de acordo com o assunto tratado. Ao atingir 1.000 seguidores, qualquer usuário ganha a permissão de realizar transmissões ao vivo, com o conteúdo salvo posteriormente no perfil (KLEINA; 2020, p.22).

Ao se buscar a missão e a proposta que a Tiktok oportuniza, lê-se em seu *site* sobre as próprias diretrizes de comunidade:

A missão do TikTok é inspirar a criatividade e trazer alegria. Estamos criando uma comunidade global em que os usuários podem criar e compartilhar com autenticidade, descobrir o mundo ao seu redor e se conectar com outras pessoas de qualquer lugar do mundo. [...] O TikTok é uma plataforma de inclusão criada com base na expressão criativa. Incentivamos os usuários a celebrar o que os torna únicos, ao mesmo tempo em que encontram uma comunidade que faz o mesmo (TIKTOK; 2021, *in site*).

Sobre a interface, o autor Nilton Cesar Monastier explica que ela é:

[...] totalmente adaptada para a visualização na vertical em telas de dispositivos móveis, destacando a descrição do vídeo e botões de interação — curtidas, comentários e formas de compartilhamento, além de um atalho para o perfil do usuário. Até é possível navegar pela plataforma no computador, mas a disposição de textos e botões é otimizada nos aparelhos portáteis (KLEINA; 2020, p.23).

O autor Budi Kurniawan realizou uma análise sobre um ponto de vista da sociologia, no contexto da Indonésia, e ressaltou que o Tiktok dissemina valores culturais com um grande potencial nesse meio das redes sociais, e, ainda, relatou sobre “os riscos de divulgação de conteúdos contrários a grupos específicos ou de blasfêmia, além de certa ocidentalização”, haja vista ser uma ferramenta que se produz vídeos por usuários da região em detrimento de valores locais, o que o autor classificou como uma consequência negativa devido à possibilidade de marginalizar tradições de música e comportamento dos países (KURNIAWAN; 2018, p.89).

A mesma conclusão se lê na pesquisa realizada pelo autor Wandí (2020), onde ele verifica resultados similares em relação aos pontos positivos e negativos referentes aos impactos dessa rede social, em particular, na cultura

islâmica, e aduz que “a rede social tem o objetivo de garantir conforto para os usuários, mas às vezes é mal utilizado pelos usuários para conseguir popularidade e benefícios que ignoram moral e ética” (WANDI; 2020, p.21).

Esses estudos citados acima demonstraram haver materiais publicados que contém exemplos problemáticos com teor erótico, por exemplo, bem como faz apologia ao vício em se utilizar o aplicativo de forma constante, mesmo que o mesmo aplicativo tenha funções benéficas, como a socialização, o entretenimento e a informação compartilhadas ao espectador.

Essa ferramenta está sendo analisada por diversos estudiosos, e nota-se a unanime preocupação que esta rede causa na sociedade, principalmente na deformação da cultura já estabelecida, em detrimento de uma construção de novas formas culturais. A autora Melanie Kennedy (2020, *in site*) enfatiza tal preocupação, no que seria de a plataforma da Tiktok ser vista, atualmente, como um espaço que constrói a cultura de celebridade do público jovem feminino, bem como o de reforçar valores específicos, como padrões de beleza. Nessa seara, a referida autora ainda lembra que a grande maioria dos jovens que fabricam esses vídeos faz de seus quartos o cenário de clipes, o que pode ser motivos de julgamentos e de espetacularização de espaços antes tidos como privados.

Nesse contexto, conforme elenca a autora Li XU:

Em interface com a Comunicação, outros estudos abordam temas como a formação de comunidades a partir da teoria dos usos e gratificações (WANG; GU; WANG, 2019); o poder de persuasão de vídeos curtos na divulgação de produtos ao criar laços de imersão, presença social e entretenimento (WANG, 2020); como os usuários são motivados por fatores comportamentais a publicarem na plataforma, incluindo interação social, autoexpressão, escapismo e busca por uma forma de arquivar ou catalogar conteúdos audiovisuais de produção própria (OMAR; DEQUAN, 2020); e uma análise das causas para a popularidade repentina da plataforma, resultado da aplicação de uma variedade de estratégias de marketing, um algoritmo preciso e a capacidade de atender às necessidades dos espectadores (XU; 2019, p.62).

Já os autores Lijun Ma, Jingqiang Feng, Zhiyan Feng e Lan Wang ressaltam sobre haver uma fidelização por parte dos usuários devida a satisfação que eles encontram durante o uso da plataforma, pois acreditam que

gera uma interação social, bem como o entretenimento e a confirmação de terem consumido algo útil para os mesmos:

Por outro lado, a intuitividade de uso e a presença de celebridades não provaram ser tão relevantes, e a sensação de tempo perdido ao longo dia por uso intenso do aplicativo pode ser um fator negativo na manutenção de uma base de usuários (MA, FENG, FENG, WANG; 2019, *in site*).

Isto posto, nota-se que os usuários não percebem o vício mencionado como uma das preocupações dos autores mencionados neste construto, tão pouco a construção de uma nova cultura nociva para os que dela fazem uso. Isto pode ser confirmado quando se remete para a área da saúde, pois os autores Chengyan Zhu, Xiaolin Xu, Wei Zhang, Jianmin Chen e Richard Evans, ao analisarem os perfis governamentais da China relacionados à saúde pública, afirmaram que o Tiktok também é visto como um canal que veicula informações sobre higiene, cuidados sanitários e bem-estar, pois eles afirmam que:

[...] o TikTok é visto como um meio oficial de comunicação com a população por parte de instituições, virando parte do ecossistema já existente de redes sociais dessas agências, graças às possibilidades de interação mais pessoais e baseadas em recursos audiovisuais (ZHU, et al; 2020, pp. 10-13).

Em relação ao momento atual que o mundo vive, diante a pandemia do COVID-19, os autores Naysha Becerra-Chauca e Alvaro Taype-Rondan perceberam que, em seus estudos, esta plataforma consegue agregar rapidamente conteúdos sobre temas relevantes, embora identificassem haver que alguns dos vídeos continham desinformação, mesmo sabendo que a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) ser um órgão presente nessa rede social, publicando materiais de caráter educativo e cientificamente precisos (BECERRA-CHAUCA, TAYPE-RONDAN; 2020).

6.3 Tiktok na abordagem política e ativista

O Tiktok é uma plataforma recente no mercado da *internet*, contudo os pesquisadores já estão publicando estudos relacionando tal plataforma com as questões do campo da política, identificando que ela já está sendo usada para fins políticos.

Nesse contexto, os autores Gabriel Weimann e Natalie Masri, durante suas pesquisas, identificaram haver uma disseminação de discursos de ódio e ofensas no aplicativo, com discursos racistas, neonazistas e homofóbicos, por exemplo.

Ao analisar a disseminação de discursos de ódio, Weimann e Masri (2020) identificam uma alta carga de ofensas no aplicativo, incluindo conteúdos racistas, neonazistas e homofóbicos. Os referidos autores afirmam que há certa dificuldade de a plataforma lidar com esse tipo de publicação, bem como de a plataforma moderar determinados perfis e a publicação desse tipo de conteúdo na rede social, sendo atos importantes, porém tardios de se conquistar pela mesma, sendo umas das principais preocupações elencadas entre os pesquisadores sobre essa temática:

Ademais, o algoritmo teria um “lado sombrio” que pode funcionar a favor da disseminação de discursos extremistas, já que o consumo de um desses vídeos pode direcionar o espectador a uma rede inteira com o mesmo teor agressivo ou até mesmo ilegal (WEIMANN, MASRI; 2020, pp.01-02).

Justamente por essa plataforma ser recente ainda não se nota uma real política de privacidade e de filtro de conteúdos indevidos, mesmo porque já foi mencionada neste construto, sua ascensão está sendo tamanha que tais filtros não estão acompanhando na mesma velocidade. Os autores Luiz Rogério Lopes Silva, Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco, Alisson Augusto de Oliveira e Vinicius Ramos Pontes lembram que demorou anos para que outras das principais redes sociais se adequassem com esses detectores de conteúdos e perfis nocivos aos demais usuários, conforme explicam:

Ao longo dos anos e em algumas das principais redes sociais do mercado (Twitter, Facebook e YouTube), detectaram melhorias nas políticas de comunidade e em procedimentos de moderação para evitar a propagação desses conteúdos, com recursos de denúncias, filtros e moderação humana ou a partir de inteligência artificial. Entretanto, há ainda pouca transparência sobre esses mecanismos e uma eficácia ainda limitada para barrar certas formas de agressão *on-line* (SILVA, et al; 2019, pp.489-490).

Nesse contexto, os autores Sam Biddle, Paulo Victor Ribeiro e Tatiana Dias aduzem que:

Além da proliferação de discurso de ódio, o TikTok é acusado de censurar conteúdos críticos ao governo chinês ou que ferem a honra do país, além de moldar o algoritmo para esconder pessoas consideradas feias, deficientes e até casas consideradas pobres (BIDDLE, RIBEIRO, DIAS; 2020, *in site*).

Os referidos autores afirmaram, ainda, que por mais que a política faça parte do cerne do Tiktok, a plataforma privilegia o entretenimento, e, portanto, está ligada à indústria da tecnologia, sendo, então o alicerce de conflitos diplomáticos, haja vista que ele foi desenvolvido por uma empresa chinesa, e por manter servidores e a sede no país.

Nesse sentido, a Revista Veja publicou em junho de 2020 a proibição de uso dessa e demais plataformas chinesas na Índia, conforme se lê em sua redação:

Com a tensão crescente entre Índia e China após conflitos no Himalaia, que levaram à morte de dezenas de pessoas, o governo indiano proibiu nesta segunda-feira, 29, 59 aplicativos chineses, incluindo o TikTok e o WeChat. Segundo Nova Delhi, há preocupações sobre segurança nacional e privacidade dos usuários. “Em vista das informações disponíveis, estão envolvidas em atividades que são prejudiciais para a soberania e a integridade da Índia, a defesa da Índia, a segurança do estado e a ordem pública”, afirmou o Ministério da Tecnologia da Informação, Ravi Shankar, em um comunicado (VEJA; 2020, *in site*).

Essa proibição foi justificada devido à Índia acreditar que precisa defender à soberania nacional de ameaças advindas desse país durante conflitos de fronteira com a China. E, na sequência os EUA também seguiu a mesma linha proibitiva, que, segundo informa a jornalista Beatriz Cardoso:

O TikTok será banido dos Estados Unidos a partir do próximo domingo (20). O aplicativo chinês e o WeChat não poderão mais ser distribuídos em celulares no país, segundo nota emitida nesta sexta-feira (18) pelo Departamento de Comércio americano. O governo alega que a medida tem como objetivo proteger a segurança nacional

dos Estados Unidos de supostas ameaças do Partido Comunista da China.

TikTok, WeChat e mais aplicativos chineses estão sob suspeita de espionagem nos últimos meses pelo governo americano. A medida emitida hoje determina que, a partir de domingo, os serviços não podem mais ser distribuídos em lojas de aplicativos no país, como a App Store e a Play Store. Além disso, as funcionalidades financeiras do WeChat serão suspensas em território nacional (CARDOSO; 2020, *in site*).

Corroborando nesse contexto, autores Luiz Rogério Lopes Silva, Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco, Alisson Augusto de Oliveira e Vinicius Ramos Pontes apontam que:

O impasse social sobre discurso de ódio e liberdade de expressão na Internet tem impulsionado os Sites de Redes Sociais (SRS) a intensificarem suas políticas de moderação de conteúdo. A gestão do conteúdo de ódio em plataformas como Facebook, Twitter e Youtube é tão complexa, haja vista seu caráter multifacetado e o grande número de interagentes, que executivos destas empresas assumem a ineficiência de seus recursos (humanos e tecnológicos) na tentativa de controlar o escalonamento, duração, difusão e circunscrição de crimes e discursos odiosos. O problema tem despertado a atenção de governos e organizações civis, que por sua vez aumentam a pressão sobre as plataformas no intuito de melhorarem suas escolhas editoriais e sua logística de monitoramento e remoção deste tipo de interação. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo comparar as ações realizadas pelo Facebook, Twitter e Youtube no que tange a formulação e ampliação de políticas e decisões sobre conteúdo individual de ódio (SILVA, et al; 2019, p.472).

Os referidos autores concluíram, durante sua pesquisa sobre a temática que:

Os resultados apontam o *Facebook* como o SRS que mais investiu em estratégias de combate a intolerância e incivilidade online, apesar da empresa não deixar claro os métodos empregados para tal fim. De modo geral, todas as plataformas evoluíram na estrutura operacional de denúncia de conteúdo odioso, mas se mostraram ineficientes em moderação, remoção e contenção da propagação do *cyberhate* (SILVA, et al; 2019, p.472).

Neste contexto, fica claro que as ações realizadas por plataformas pioneiras como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, diante a necessidade de se ter uma formulação e ampliação de suas políticas e decisões sobre conteúdo individual de ódio, e, ainda, por se ter visto tantas ocorrências nesse sentido, surgiu uma organização não governamental, a *Anti-Defamation League (ADL)*, que publica todos os incidentes que remetem ao ódio contra alguém, e tem uma proposta de “parar a difamação do povo judeu e para garantir justiça e tratamento justo a todos”, propondo cinco tópicos no termo de compromisso entre as empresas de SRS, no combate ao discurso de ódio *online* em 2013 (ADL; s/d, *in site*).

Ressalta-se que o BLM resignificou a plataforma após o Tiktok reagir com algumas mudanças impostas, o que, apesar de pavimentar o caminho para que outros movimentos sociais assimilem a plataforma às suas demandas, também gerou o questionamento em meio aos usuários sobre o poder de curadoria do Tiktok quanto ao que é produzido por pessoas não brancas. (ROSENBLATT; 2021, *in site*).

6.4 Movimento #BlackLivesMatter

O *#BlackLivesMatter* (BLM) vem a ser um movimento ativista internacional, criado na *internet*, de origem na comunidade negra dos EUA, a qual objetiva mobilizar inúmeras pessoas a irem às ruas em protesto contra as ações raciais existentes no mundo. Em português, pode-se traduzir esse termo em Vidas Negras Importam, e foi criado em 2013, e regularmente se organiza em protestos devido às inúmeras mortes de negros causada por policiais, e questões mais amplas de discriminação racial, brutalidade policial, e a desigualdade racial no sistema de justiça criminal (ESQUERDA; 2020, *in site*).

O BLM regularmente organiza protestos em torno do assassinato de negros causados por policiais, e questões mais amplas de discriminação racial, brutalidade policial, e a desigualdade racial no sistema de justiça criminal dos EUA (ESQUERDA; 2020, *in site*).

Criado por três mulheres negras, o que inicialmente seria apenas uma *#hashtag* que denunciaria a violência policial contra negros nos EUA, teve uma proporção não idealizada pelas suas criadoras, se tornou num movimento popular com representação em mais de quarenta cidades. O BLM surgiu na *internet* e passou a ocupar as ruas, deixando de ser apenas um *#hashtag* ou um movimento digital (ESQUERDA; 2020, *in site*).

O uso da *#hashtag* BLM se iniciou nas mídias em 2013 após a absolvição do policial George Zimmerman, responsável pela morte a tiros do

adolescente afro-americano Trayvon Martin. Após tal fato, o movimento passou a ser reconhecido nacionalmente nos EUA, e manteve as manifestações em 2014, após a morte dois afro-americanos: Michael Brown e Eric Garner (ESQUERDA; 2020, *in site*).

Desse ano em diante o movimento oportunizou diversos outros protestos contra a morte de outros afro-americanos por ações policiais ou enquanto sob custódia da polícia. Contudo em 2015 a BLM passou a publicar também questões políticas solicitando uma posição política sobre as questões que o BLM defende. Porém, esse movimento não é uma rede centralizada, ou seja, não tem estrutura, tão pouco hierarquia funcional (ESQUERDA; 2020, *in site*).

A partir de 2016 esse movimento começou a ultrapassar as fronteiras do EUA, atingindo países como Brasil, África do Sul e Austrália, quando passa a ocorrer solidariedade internacional contra a violência policial às vítimas negras. O BLM se amplificou a partir de então, e os países que passaram a integrar esse movimento adotaram a luta objetivando demonstrar a hipocrisia da imprensa e do governo em relação a essa questão racista (ESQUERDA; 2020, *in site*).

Percebe-se que, da mesma forma que o BLM aderiu simpatizantes em todo mundo, também passou a agregar mais focos a esse movimento, que até então, protestavam contra a violência de policiais dedicada aos negros, passou a denunciar o racismo sistêmico do EUA, bem como as condições sociais, econômicas e políticas que marginalizam a população negra nos EUA (ESQUERDA; 2020, *in site*).

Atualmente, entre as suas iniciativas, organizam a #WhatMatters2020, uma campanha que procura mobilizar as pessoas negras a votar nas eleições dos EUA e a responsabilizar os candidatos pelas suas ações e políticas diretamente relacionadas com injustiça racial, violência policial, reforma do sistema penal, imigração negra, injustiça econômica, direitos LGBTQIA+ e humanos, injustiça ambiental, acesso aos cuidados de saúde, acesso a ensino de qualidade e acesso e direito ao voto. O movimento tem também gerado muitas reações negativas e críticas. Numa tentativa de desvalorizar a mensagem do movimento, o termo All Lives Matter (Todas as Vidas Importam) tornou-se popular entre setores sociais abertamente conservadores, bem como entre pessoas menos informadas sobre os objetivos do movimento antiracista. Igualmente popular é o hashtag #BlueLivesMatter (Vidas Azuis Importam, numa referência à cor das fardas da polícia dos EUA) como reação a

disparos que atingiram dois policiais nas manifestações de Ferguson em 2014 (ESQUERDA; 2020, *in site*).

Infelizmente os tabloides de Londres recentemente publicaram um atentado contra a vida de uma das líderes ativistas do movimento. Segundo noticiado, Sasha Johnson, de 27 anos, foi baleada na cabeça na madrugada de domingo, 23 de Maio de 2021, e conforme noticiado no site da Jovem Pan, “a polícia afirmou que até o presente momento não há evidências de que o tiroteio em Consort Road, no bairro de Peckham, tenha sido propositalmente direcionado à importante ativista do movimento BLM no Reino Unido” (PAN; 2021, *in site*).

No entanto, continuando com a matéria, Sasha era membro de um partido britânico, o *Taking the Initiative*, o qual alegou que a vítima recebia “inúmeras ameaças de morte e defende que o incidente foi um ataque deliberado” (PAN; 2021, *in site*):

Uma amiga da ativista, Imarn Ayton, disse à emissora de televisão BBC que Sara teria participado de uma festa naquele bairro antes de ser baleada. “Pelo que eu sei, esse incidente está mais relacionado a gangues rivais do que ao seu ativismo”, completou Ayton. Além de fazer parte da liderança do *Taking the Initiative*, Sasha Johnson tem se tornado uma figura importante do movimento Black Lives Matter e chegou a organizar um protesto contra o racismo em Oxford, sua cidade natal, no ano passado (PAN; 2021, *in site*).

A ativista, além de mãe de dois filhos, era um membro importante contra as injustiças que afetam a comunidade negra, e, por isso, o fato repercutiu nas redes sociais, alcançando todos os seguidores, apoiadores ou não do movimento.

Segundo informa o jornal El País, desde a morte de George Floyd, um homem negro enforcado por um policial de Minneapolis em 25 de maio de 2020:

[...] houve pelo menos 7.750 manifestações associadas ao movimento Black Lives Matter em 2.000 localidades dos 50 Estados e no distrito de Columbia, segundo uma contagem da Universidade de Princeton e do Armed Conflict Location and Event Data Project (Acled), organização que pesquisa sobre protestos no mundo todo (GUIMÓN; 2020, *in site*).

Esse episódio deixou o movimento BLM ser mais conhecido a partir de então, haja vista essa bandeira proporcionou um marco para atrair novos

ativistas, “o BLM se tornou um poderoso instrumento para a mudança e uma voz fundamental no tema racial nos Estados Unidos” (GUIMÓN; 2020, *in site*).

Destaca-se, então, haver a necessidade de se discutir as pautas propostas não só pelo movimento do BLM, mas também por movimentos que lutam pelos direitos dos negros em uma sociedade racista, a qual, sistematicamente, assassinam pessoas não brancas todos os dias. A falácia do contra movimento “todas as vidas importam [all lives matter]” pretende apenas enfraquecer o discurso antirracista do BLM e causar um desvio do direcionamento de ações e medidas que busquem remediar a violência racial cometida em todas as camadas político-social do país, inclusive o Brasil.

Assim, entende-se que todas as vidas importam sim, e esse fato é corroborado pelas leis de direitos humanos que são diretrizes universais. Entretanto, nem todas as vidas sofrem violência sistêmica baseada na cor da pele, e, dessa forma, os movimentos devem seguir pelo pensamento de que todas as vidas importam.

6.5 Movimento #BlackLivesMatter no Tiktok

O Tiktok tem sido mais uma ferramenta utilizada para apoiar o movimento BLM, sendo considerado um fenômeno de destaque, conforme aduz a manchete do site Monet-Net:

Hashtag do movimento Black Lives Matter ultrapassa 10 bilhões de visualizações no TikTok. Influenciadores do mundo todo têm usado a nova plataforma para mostrar apoio ao movimento após a morte de George Floyd (MONET-NET; 2020, in site).

Esse movimento tem alcançados inúmeros apoiadores desde sua fundação, contudo, com o apoio da plataforma Tiktok, o movimento vem ultrapassando a marca de 10 bilhões de visualizações na plataforma Tiktok.

Assim, entende-se que a plataforma têm se mostrado ser um potencial no que se refere ao apoio ao movimento BLM:

Vídeos marcados com a *hashtag* #BlackLivesMatter foram vistos, ao todo, 10,5 bilhões de vezes até o momento, com imagens de protesto, vídeos com discursos inflamados em apoio ao movimento, clipes com um minuto de silêncio em homenagem a George Floyd após sua morte trágica e até um *post* comovente da *influencer* Jamie Lee Hurtt com a sua filha de 10 anos chorando ao dizer: Eu poderia morrer por causa da cor da minha pele? (MONET-NET; 2020, *in site*).

Controversamente, a mesma plataforma foi acusada de censura deliberada. A resposta da plataforma TIKTOK desta vez foi rápida e precisa, além do pedido de desculpas a plataforma disponibilizou um valor para doação pela causa, além da criação de várias campanhas e participação de manifestações (RIVEIRA; 2020, *in site*).

Nesse sentido, a jornalista Carolina Riveira afirmou que “a rede social chinesa TikTok divulgou um comunicado se desculpando após acusações de que estaria censurando *posts* acerca do movimento Black Lives Matter (ou vidas negras importam)” (RIVEIRA; 2020, *in site*).

A Revista Time publicou uma matéria afirmando que, apesar desse pedido de desculpa referido acima pela Tiktok, muitos vídeos dos seguidores estão sendo retirados, silenciados ou ocultados, o que relacionam todos os problemas que alguns criadores de Tiktok estão enfrentando para postar conteúdo Black Lives Matter (MCCLUSKEY; 2020, *in site*).

A referida revista entrevistou vários criadores de Tiktok, os quais relataram estarem experimentando quedas notáveis na visualização e no envolvimento em seus vídeos depois de postarem conteúdos em apoio ao movimento Black Lives Matter ou, ainda, notaram casos recentes em que sentiram que as diretrizes da comunidade do Tiktok não estavam sendo aplicadas de forma justa aos criadores negros (MCCLUSKEY; 2020, *in site*).

Após a promessa do Tiktok de causar uma mudança positiva para seus criadores Black, alguns usuários dizem que ainda estão vendo padrões semelhantes de tratamento desigual ocorrendo na plataforma. Quando solicitado a abordar as alegações de fontes nesta história, Kudzi Chikumbu, a Diretora da Comunidade de Criadores da TikTok US, disse a TIME que a TikTok “inequivocamente” não se envolve em banimento oculto, um termo abrangente sob o qual esses tipos de alegações de discriminação geralmente caem (MCCLUSKEY; 2020, *in site*).

A revista supracitada ainda relata que além da Tiktok, outras redes sociais, como o Twitter e o Instagram, estão mais preocupados com o banimento da sombra, que, em resumo, seria um limitador que dissemina conteúdo sem notificar os criadores de que ele viola as diretrizes da comunidade:

Devido à natureza do conceito de proibição de sombra, é difícil comprovar se isso está ou não acontecendo. Alguns apontam para o preconceito nos hábitos dos usuários ativos como o indicador mais influente do conteúdo que os usuários veem, em vez de racismo direto intencional. No entanto, o aumento da popularidade do Tiktok em meio ao corona vírus, juntamente com afirmações de que está censurando vídeos de pessoas de cor e, especificamente, de criadores negros, trouxe à tona a questão de saber se o aplicativo apoia seus criadores negros.

[...] Tiktok e ByteDance, a empresa chinesa dona do Tiktok, estão longe de serem os únicos aplicativos nos quais os usuários registraram reclamações sobre aparente parcialidade. Mas, embora falhas em plataformas tão grandes como o Tiktok não sejam incomuns, com um problema de 9 de julho que fez com que gostos e visualizações no Tiktoks desaparecessem temporariamente - foi resolvido no mesmo dia - alimentando especulações infundadas de que o aplicativo estava sendo encerrado nos EUA , alguns Tiktokers que a Time falou para dizer que o problema da hashtag foi simplesmente a gota d'água em termos de sua visão do tratamento que Tiktok dá aos criadores negros (MCCLUSKEY; 2020, *in site*).

A revista também publicou um depoimento de uma criadora que afirmou que vídeos com conteúdo de ódio não estão sofrendo esse bloqueio de sombra, tornando a experiência dessa negativa no Tiktok, por acreditar ser um “tratamento injusto que os criadores negros recebem no aplicativo, mesmo quando tentam torná-lo mais seguro para os outros, mas também mostra o preconceito racial que existe no Tiktok” (MCCLUSKEY; 2020, *in site*).

Depois de ver um vídeo no início de julho no qual outro criador apareceu usando *blackface*, ela gravou a tela para compartilhar com seus seguidores antes de denunciar a postagem por discurso de ódio. Ela também relatou outro vídeo feito pelo mesmo usuário dizendo que era “incrivelmente racista”.

No entanto, ela diz que, embora o vídeo que ela fez com a gravação de tela tenha sido rapidamente silenciado por violar as diretrizes de direitos autorais, após revisar seu relatório, TikTok determinou que nenhum dos vídeos do outro usuário violou as diretrizes da comunidade. “Meus seguidores relataram nos comentários dizendo que foram denunciar os vídeos e em minutos foram recebidos com as mesmas mensagens de 'não viola as diretrizes da comunidade'”, diz ela. “Ambos ficaram no ar por mais de dois dias antes de [serem retirados], mesmo com milhares de pessoas relatando-os antes que eu os visse” (MCCLUSKEY; 2020, *in site*).

Contudo, a revista afirma que os criadores de Tiktok estão esperançosos de que as coisas melhorem na plataforma Tiktok, pois eles querem continuar usando o aplicativo para o público, justamente para garantir que outros criadores *Black* saibam que não estão sozinhos nessa luta.

O movimento BLM, atualmente, se encontra no centro das questões e protestos antirracistas pelo mundo, abrangendo uso de diversas redes sociais, bem como a plataforma Tiktok, como já mencionado acima, contudo surgem reclamações de usuários do Tiktok, os quais afirmam que “vídeos no TikTok com as hashtags #BlackLivesMatter e #GeorgeFloyd, usadas nas manifestações antirracistas, mostravam zero visualizações” (RIVEIRA; 2020, *in site*).

Ao se defender, a plataforma afirma que o fato não é verdadeiro, pois havia mais de dois bilhões de visualizações da *#hashtags*, o que de fato aconteceu foi apenas uma falha do sistema na contagem (RIVEIRA; 2020, *in site*).

A empresa afirmou que outras hashtags populares e não relacionadas às questões raciais foram afetadas pelo problema, como #dad (pai) e #cat (gato). O defeito começou na quinta-feira, 28 de maio, segundo o TikTok, e foi consertado por volta de sexta-feira, 29 de maio de 2020 (RIVEIRA; 2020, *in site*).

A referida jornalista publica em sua reportagem a fala dos responsáveis pelo Tiktok, onde eles afirmam que:

‘Apesar disso, nós entendemos que muitos assumiram que esse bug era um ato intencional para suprimir as experiências e invalidar as emoções da comunidade negra. E nós sabemos que temos que trabalhar para reparar e ganhar novamente essa confiança’, escreveram Vanessa Pappas, diretora do TikTok nos Estados Unidos, e Kudzi Chikumbu, diretor da Comunidade de Criadores da empresa (RIVEIRA; 2020, *in site*).

E como forma de retratação ao problema, a Tiktok se comprometeu em participar do movimento Blackout Tuesday, quando serão desligadas *playlists* e campanhas sonoras, bem como irá doar três milhões de dólares para organizações de caridade que ajudem as comunidades negras, e, ainda realizou uma programação especial para divulgar o trabalho de artistas negros.

A observação destes artigos e matérias deixa evidente que o ativismo nas redes sociais deve ser estudado a sério. Os números apontam para um

enorme e crescente número de usuários que recebem e compartilham notícias, informações, fatos e opiniões. Nem sempre esses usuários sabem exatamente a fonte originária da notícia, tampouco os objetivos e mensagens implícitas.

Realmente pode ser considerado um fenômeno de massa dos dias atuais, uma verdadeira revolução dos meios de comunicação. Desde a maneira de expressão, a multidiversidade do público atingido, a rapidez com que a informação é veiculada, a liberdade e a exposição, a democracia e divergência de opiniões, até o efeito e o impacto social que podem causar na sociedade, no setor empresarial, na economia, muito além do entretenimento cultural.

Plataformas de redes sociais e redes de comunicação possuem um grande poder, já denominado como o quarto poder, a mídia. Mídia essa que pode ser bem utilizada para fins benéficos, de apoio a causas sociais e solidariedade, como também pelo contrário, gerando ódio, separatismo, veiculação de *fake news*, má influência e manipulação de massa.

O fenômeno Tiktok e as demais redes sociais, trazem à tona todos estes pontos a serem amplamente analisados e debatidos no decorrer das próximas décadas, a fim de encontrarmos uma melhor base de respeito e convivência humana, comunicação e entretenimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente estudo analisou o fenômeno da plataforma Tiktok, tendo como foco o movimento BLM em parceria com essa ferramenta das redes sociais, e que atualmente vem tendo enormes proporções de visualizações em todo o mundo. Isso se deve pelo fato de as TIC terem colaborado sobremaneira no fortalecimento dos movimentos sociais por meio de tecnologia digital.

As manifestações da BLM em 2020, tal como aconteceram, não teriam sido possíveis sem as ferramentas *online*. Diante dessa conjuntura, a *internet*, salvo suas limitações, tornou-se uma ferramenta potente de propagação de informações e de conquista de público para o bem e/ou para o mal.

O percurso teórico cartográfico feito ao longo da pesquisa quis enfatizar justamente esses aspectos flutuantes das redes digitais em que grupos das mais diversas cores ideológicas fazem uso desses territórios para produzir conteúdo. Como lidar com o excesso de informações passa a ser uma problemática para os usuários das novas mídias digitais diante de um fluxo comunicacional rápido e com verdades *versus* mentiras fabricadas em tempo real.

O público em rede agora tem o desafio de ser mais seletivo e se prevenir contra a proliferação das notícias falsas que se sofisticaram nas suas formas de circulação e convencimento. O número de cliques e o que circula mais é que parece dar o *status* de verdadeiro para um fato. Além disso, as bolhas informacionais criaram ainda mais polarização política, já que em geral não se tem uma análise crítica dos conteúdos publicados e acessados por parte dos usuários dos novos dispositivos tecnológicos.

Por outro lado, ao longo da pesquisa foi possível perceber que grupos de midiativismo tentam produzir práticas mais independentes e colaborativas

na fabricação de informações, além de combater e coibir aquelas que legitimam violência física e simbólica contra os setores excluídos da sociedade.

Dessa forma, cita-se o autor Gilles Deleuze, o qual afirma que “acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempo, mesmo de superfície ou volumes reduzidos” (DELEUZE; 1992, p.218).

Essa citação ilustra bem a lógica dos novos coletivos de mídia. Ao atuarem próximo e dentro dos protestos públicos, por exemplo, criam outras possibilidades de enxergar o que se passa e produzir sentidos diferentes daqueles registrados pelas lentes dos grandes conglomerados de mídia. Assim, modos e estilos de vida mais poéticos (*autopoiesis*) surgem como contraponto aos modelos massificantes de produção de informação, de trabalho e da existência comum.

A política moderna no ocidente sofre processos destrutivos, muito em função da chegada do mundo digital que reconfigurou estruturas tradicionais, ao mesmo tempo em que também reforçou paradigmas já estabelecidos como é visível na recente onda de discursos conservadores e de seus políticos eleitos, e às vezes provocando movimentos que mudam as regras engessadas e esgotadas de uma democracia hegemônica constantemente posta em dúvida.

Este trabalho permitiu problematizar e mapear um grupo que se organiza coletivamente em busca de um equilíbrio do jogo das forças políticas usando a *internet* como principal propulsora de suas ações. Entre entusiastas e pessimistas, a era das mídias digitais seguirá sua marcha no sentido de alterar o curso tanto da comunicação quanto da política. Há que se ter esperança que seja para destinos menos apocalípticos.

Nota-se, todavia, que surgem cada vez mais simpatizantes que agregam aos movimentos sociais, e que se beneficiam e se expandem devido às tecnologias em constante avanço. Não se admirará, futuramente, que surjam outras plataformas e nomenclaturas que agreguem a essas já existentes, pois, infelizmente, em pleno século XXI, ainda o mundo se vê obrigado a conviver

com tantos preconceitos entre as pessoas, bem como se convive com tanta impunidade e cumplicidade por parte dos mais afortunados. Assim, espera-se que esses movimentos possam de fato conquistar essa ideia de igualdade para todos, conforme está descrito na carta dos Direitos Humanos.

Percebeu-se, contudo, que são diversas plataformas de redes sociais que estão enfrentando problemas com conteúdos de ódio postados, as quais devem ampliar seus filtros de perfis e conteúdos, para proteger as demais comunidades. Porém, a Tiktok, o foco deste estudo, apesar de ter um discurso de apoio à comunidade negra, não evidencia bons resultados em seus filtros, e, pelo que se pode perceber nesta pesquisa, ainda bloqueia e evidencia conteúdos que não deveriam estar em rede.

Nesse sentido, observou que o grupo de luta BLM, bem como os criadores de Tiktok e demais contribuidores de conteúdo antirracista, se sentem prejudicados pela referida plataforma devido o bloqueio de sombra, e a falta de ação rápida da mesma quanto aos conteúdos impróprios. Mesmo assim, eles além de denunciarem constantemente, acreditam que a Tiktok é uma ferramenta que será útil para a luta, assim que tiver maneiras mais eficazes.

O movimento BLM surgiu devido à necessidade de se apoiar as vidas que estão sendo vítimas de racismo no mundo, principalmente nos EUA, e vem ganhando muita repercussão mundo afora, pois não se pode admitir que, em pleno século XXI, a minoria escolha quem merece respeito e quem não o merece. Com a ajuda das tecnologias digitais, esses tipos de movimento vão crescendo e atravessando fronteiras para que sejam contribuintes de apoio aos que dele necessitar, e, quem sabe, se extinguir, ou diminuir tais práticas contra o ser humano.

E por fim, lembra-se do poeta, João Guimarães Rosa, onde escreve uma frase singular para esse entendimento, a qual se encontra no texto 'A terceira margem do Rio': "aquilo que não havia, acontecia" (ROSA; 1988, p.32).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADL, Anti-Defamation League. **Who we are**. Sem data de publicação, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://www.adl.org/who-we-are>.

ALMEIDA, Thiago Ribeiro D'angelo. **Midiativismo e Coberturas Jornalísticas: Mídias Livres, Movimentos em Rede e Estratégias de Contrapoder**. Joao Pessoa. 2015, p.86-149.

ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 4ª reimpr. 2ª. Ed. de 1999. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2004, pp.15-146.

ANDERSON, Katie Elson. **Getting acquainted with social networks and apps: it is time to talk about TikTok**. Library Hi Tech News, nº 04. 2020, pp.07-12. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LHTN-01-2020-0001/full/html>.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2010, pp.117-124 CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo. Editora Ática S.A. 5ª Edição. 1995, pp.37-38.

ARAÚJO, D. A. C. **Pesquisa em educação: a superação do dualismo quantidade-qualidade**. Anais do V SCIENTCULT- Simpósio Científico Cultural, realizado de 17 a 20 de setembro de 2008, na Unidade Universitária de Paranaíba / UEMS. 2008, p.24.

ASSIS, E. G. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS). 2006.

ARAÚJO, Daniela. **Grandes Líderes do Digital: Zhang Yiming, criador do TikTok**. Publicado por Pedro Fernandes da Elife Portugal, em 31 de julho de 2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://elife.com.br/index.php/2020/07/31/grandes-lideres-do-digital-zhang-yiming-criador-do-tiktok/>.

BAPTISTA, Erica Anita; ROSSINI, Patrícia; OLIVEIRA, Vanessa Veiga de; STROMER-GALLEY, Jeniffer. **A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook**. Revista Lumina, v. 13, nº 03, set./dez. 2019, pp.29-46. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28667>.

BECERRA-CHAUCA, Naysa; TAYPERONDAN, Alvaro. **TikTok: ¿una nueva herramienta educativa para combatir la Covid19?** Acta Med Peru, Lima, vol.

37, nº 02. 2020, pp.249-251. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <http://www.scielo.org.pe/pdf/amp/v37n2/1728-5917-amp-37-02-249.pdf>.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2015, pp.09-165.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Mauty. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2003, pp. 49-78.

BICALHO, Luciana. **O jornalismo transmídia de mídia ninja**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018, p.590.

BIDDLE, Sam; RIBEIRO, Paulo Victor; DIAS, Tatiana. **Censura invisível. The Intercept Brasil**. 16 mar. 2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://theintercept.com/2020/03/16/tiktok-app-moderators-users-discrimination/>.

BRAIGHI, Antônio Augusto. **Análise do discurso midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja**. Belo Horizonte. 2016, pp.104-166.

BRITO, Daniele Chagas de; BITTENCOURT, Daniel de Andrade. **Agora em Rede como uma alternativa de Democracia Digital**. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo V Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo Campo Grande – UFMS – Novembro de 2015, p.05. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/VJPJor/paper/download/4634/1071>.

CARDOSO, Alessandra; SILVA, Flávio da Rocha Pires; MACEDO, Marcelo Ernandez. **A formação de grupos de midiativismo no Rio de Janeiro**. ALCEU - v. 18, nº 35, jul./dez. 2017, pp.94-110.

CARDOSO, Beatriz. **TikTok vai ser banido dos EUA dia 20 de setembro, diz governo. WeChat, mensageiro conhecido como o "WhatsApp chinês", também sofre medidas restritivas**. Publicado em 18/09/2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/09/tiktok-vai-ser-banido-dos-eua-dia-20-de-setembro-diz-governo.ghtml>.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2013, pp.12-101.

_____. **O poder da Identidade**. Ed. Paz e Terra. 2000, pp.23-93.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto. 2012, p.42.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo. Editora Ática S.A. 5ª Edição. 1995, pp.37-38.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Ed. Cortez. 1995, p.78.

COHEN J; ARATO A. **Civil Society and Political Theory**. MIT Press. Cambridge. 1992.

COSTA, Sérgio Francisco. **Método Científico: os Caminhos da Investigação**. São Paulo: HARBRA. 2001, pp.04-46.

COSTA-MOURA, Fernanda. **Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos**. 2014.

CRUZ, C; RIBEIRO, U. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil. 2003, pp.33-34.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. V. 01. Rio de Janeiro: 34ª ed. 1995, p.32.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre as sociedades de controle**. In: Conversações (1972-1990). Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34. 1992, p.218.

ESQUERDA. **#BlackLivesMatter, um movimento da internet para as ruas**. Artigos Dossier. Dossier 318: EUA: protestos no país que não consegue respirar. Publicado em 06 de Junho, 2020, *in site*. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://www.esquerda.net/dossier/blacklivesmatter-um-movimento-da-internet-para-ruas/68372>.

DOWNING, John. **Mídia Radical: rebeldia na comunicação e movimentos sociais**. 2002, p.33. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-52.pdf>.

FERNANDES, Adélia Barroso; STAUFFER, Leilane Tolentino. **Desenhando o ciberativismo no Facebook: a potência da crítica em páginas de ilustradores independentes**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte. 2018, pp.908-927.

FIDLER, Roger. **Mediamorfosis: comprender los nuevos medios**. Buenos Aires: Granica, 1998, p.57.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. **Midiativismo, mídia alternativa, radical, livre, tática: um inventário de conceitos semelhantes**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte. 2018, p.97.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2ª ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 2010, p.157.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed. 2005, pp.357-358.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2010, pp.35-42.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. FAMECOS, Porto Alegre, nº 27. 2005, pp. 58-78.

GOMES, Valdemarin Coelho; SOUSA, Joeline Rodrigues de; RABELO, Josefa Jackline. **Gramsci, educação e luta de classes: pressupostos para a formação humana**. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2015, pp.21-177. cm. (Estudos da Pós-Graduação).

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, nº 27, ago. 2005, p.75. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/download/3323/2581/>.

GRAMSCI, Antonio. **Cronache torinesi, 1913-1916**. Turim: Einaudi. 1983, pp. 440-441.

GRUBER, T. **Collective knowledge systems: Where the Social Web meets the Semantic Web**. Journal of Web Semantics. 6(1). 2008, pp.04–13.

GÜNTER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 22 nº 02. 2006, p.204.

GUIMÓN, Pablo. **Black Lives Matter, o rumo incerto do grande movimento antirracista**. Protestos antirracistas nos EUA. Jornal El País. Washington – 07/09/2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-07/black-lives-matter-o-rumo-incerto-do-grande-movimento-antirracista.html>.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp.169-214. Disponível no site: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/ADORNO.pdf?1349568504>. Acessado em 26 de abril de 2021.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia Científica e Tecnológica**. Material para Fins Didáticos – Distribuição Gratuita. Edição 2009, p.14.

KENNEDY, Melanie. **If the rise of the TikTok dance and e-girl aesthetic has taught us anything, it's that teenage girls rule the internet right now': TikTok celebrity, girls and the Coronavirus crisis**. European Journal of Cultural Studies. Netherlands/UK, vol. 23, nº 06. 2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1367549420945341#>.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier. **Hora do Tiktok: análise exploratória do potencial político da rede no Brasil**. Revista UNINTER de Comunicação. Vol. 08, nº 15. Dez; 2020, pp.19-23. Disponível no site:

<https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/843/492>. Acessado em 26 de maio de 2021.

KURNIAWAN, Budi. **Tik Tok popularism and nationalism: rethinking national identities and boundaries on millennial popular cultures in Indonesian context**. Proceedings of The 8th Annual International Conference (AIC) on Social Sciences, Syiah Kuala University. Banda Aceh, Indonesia. September. 2018, p.89. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <http://jurnal.unsyiah.ac.id/AICS-Social/article/view/12649/9756>.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina. 2002, p.15.

LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fabio. **Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp.157-169.

LESSA, Cláudio. **Análise discursiva de alguns imaginários de verdade política dos novos movimentos sociais no site CMI Brasil (Centro de Mídia Independente)**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte. 2018, pp.379-398

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34. 1999, p.17.

MA, Lijun; FENG, Jingqiang; FENG, Zhiyan; WANG, Lan. **Research on user loyalty of short video app based on perceived value — Take Tik Tok as an example**. In: International conference on service systems and service management. 2019, Shenzhen, China. Proceedings [...]. Shenzhen, China: Tsinghua University, 2019. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8887751>.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique; BENTES, Ivana. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina. 2013, p.23.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5ª Ed. V. 04. São Paulo: Atlas. 2010, pp.21-73.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Cidadania Digital: A Internet como ferramenta social**. 2002, pp.13-22. Disponível no site: https://www.researchgate.net/publication/301700191_Cidadania_Digital_A_Internet_como_ferramenta_social. Acessado em 26 de abril de 2021.

_____. **Internet e participação política no caso do estado brasileiro: um relato de pesquisa**. Em Questão, Porto Alegre, v. 15, nº 02, jul./dez. 2009, pp.229-230.

_____. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Salvador: EDUFBA. 2016, p.41.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Pistas para entrever meios e mediações**. In: _____. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio

de Janeiro: UFRJ, 2003. Prefácio à 5ª edição castelhana incluída na reimpressão.

MATTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. 3ªEd. São Paulo: Saraiva. 2008, pp.31-47.

MCCLUSKEY, Megan. **Estes criadores do tiktok dizem que ainda estão sendo reprimidos por postar conteúdo de vidas negras. Estes criadores do TikTok dizem que ainda estão sendo reprimidos por postar conteúdo de vidas negras**. Revista Time. Publicado em 22 de julho de 2020, *in site*. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://time.com/5863350/tiktok-black-creators/>.

MENDONÇA, R. F; BUSTAMANTE, M. C. **Back to the future? Changing repertoire in contemporary protests**. In: Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. Anais. Caxambu: Anpocs, 2018, p.23.

MONET-NET. **Hashtag do movimento Black Lives Matter ultrapassa 10 bilhões de visualizações no TikTok**. Influenciadores do mundo todo têm usado a nova plataforma para mostrar apoio ao movimento após a morte de George Floyd. Publicado em 17 jun 2020, *in site*. Disponível no site: <https://revistamonet.globo.com/Noticias/noticia/2020/06/hashtag-do-movimento-black-lives-matter-ultrapassa-10-bilhoes-de-visualizacoes-no-tiktok.html>. Acessado em 26 de maio de 2021.

MORAES, Alice Ferry de. **As tecnologias de informação e comunicação e o processo de globalização**. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Fortaleza. Anais. Fortaleza: FEBAB/ABC. 2002, p.49. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/5960/1/11%20CBBBD%20-%20As%20TICs%20e%20o%20processo%20de%20globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Ed. Cortez. 2000, p.87.

MOURA, Catarina. **Ambivalências de um tempo sem tempo**. Universidade da Beira Interior, Portugal. 2002.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2002, p. 116.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0?** 2005, *in site*. Disponível no site: <http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>. Acessado em 26 de abril de 2021.

PACHECO JÚNIOR, W; PEREIRA, V. L. D. V; PEREIRA FILHO, H. V. **Pesquisa científica sem tropeços: abordagem sistêmica**. São Paulo: Editora Atlas. 2007, pp.78-83.

PAN, Jovem. **Importante ativista do movimento Black Lives Matter é baleada em Londres**. O partido britânico Taking the Initiative, do qual Sasha

Johnson era membro, alega que a vítima vinha recebendo 'inúmeras ameaças de morte'. Publicado em 24/05/2021, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://jovempan.com.br/noticias/mundo/importante-ativista-do-movimento-black-lives-matter-e-baleada-em-londres.html>.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar. 2012, pp.07-112.

PATROCÍNIO, José Tomás Vargues. **Tornar-se pessoa e cidadão digital. Aprender e formar-se dentro e fora da escola na sociedade tecnológica globalizada**. Volume I. Lisboa: 2004, pp.115-116. (Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa). Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: https://run.unl.pt/bitstream/10362/1294/3/patrocinio_2004_vol1.pdf.

PELINSON, Fabiana. **Particularidades da pesquisa em Jornalismo**. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Anais do V Sipecom, Epistemologia e desafios da pesquisa no campo da comunicação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. 2013, p.01. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/Particularidades-da-Pesquisa-em-Jornalismo.pdf.

POPPER, K. **In search of a better world: Lectures and essays from thirty years**. 2ª. ed. revista e atualizada. London: Routledge, 1994.

_____. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix. 2001, p.29.

PRIMO, Alex. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. E-Compós, Brasília, v. 09. 2007, p.01-21. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/153>.

RANGEL, Mary. **Representações e reflexões sobre o bom professor**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes. 2004, p.25.

REIMER, Everett. **A Escola Está Morta**. Alternativas em Educação; Tradução de Tony Thompson, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves. 1979, p.33.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. **A conveniência dos algoritmos: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018**. Revista Compólitica, vol. 10, nº 01. 2020, p.41. Disponível no site: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6968/2020_reis_conveniencia_algoritmos_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 26 de maio de 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999, pp. 70-82.

RIVEIRA, Carolina. **TikTok se desculpa e nega censura a Black Lives Matter e protestos. Posts usando com hashtags sobre as manifestações antirracistas nos EUA mostravam zero visualizações, o que o TikTok afirma que foi uma falha do sistema**. Revista Exame. Publicado em:

02/06/2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://exame.com/pme/tiktok-se-desculpa-e-nega-censura-a-posts-sobre-black-lives-matter/>.

ROSA, Guimarães. **A terceira margem do rio**. In: _____. Primeiras Estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1988, pp.32-37.

ROSENBLATT, Kalhan. **Months after TikTok apologized to Black creators, many say little has changed**. Culture Matters. Publicado em: 09/02/2021, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://www.nbcnews.com/pop-culture/pop-culture-news/months-after-tiktok-apologized-black-creators-many-say-little-has-n1256726>.

Months after TikTok apologized to Black creators, many say little has changed.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. **O papel do cidadão nas ferramentas de Democracia Digital no Brasil: uma análise do desenho interativo das Comunidades Legislativas do Portal E-Democracia**. In: Revista Compólitica, nº 04, vol. 2ª Ed. agosto-dezembro. Rio de Janeiro: Compólitica. 2014, pp.113-211.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores. 2000, pp.50-51.

SAVINO, Francesca. **La generazione z Cinese e il Consumo del lusso: una indagine a Hong-Kong**. Tesi de Laurea. Corso di Laurea Magistrale in Marketing e Comunicazione. Università Ca'Foscari, Venezia. 2016, p.129. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <http://dspace.unive.it/bitstream/handle/10579/9065/836416-1198266.pdf?sequence=2>.

SCOTT, James. **Foreword**. In: GUHA, R. (ed.). Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India. Delhi: Oxford University. 1999, pp.04-14.

SEBASTIÃO, Sônia; PACHECO, André; SANTOS, Mariana. **Cidadania Digital e Participação Política: o caso das petições online e do orçamento participativo**. Estudos em comunicação. Portugal, nº 11. Maio; 2012, p.44. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <http://ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-02.pdf>.

SERRANO, Juan Carlos; PAPAKYRIAKOPOULOS, Orestis; HEGELICH, Simon. **Dançando ao ritmo partidário: uma primeira análise da comunicação política no TikTok**. 2020, *in site*. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://arxiv.org/abs/2004.05478>.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo; OLIVEIRA, Alisson Augusto de; PONTES, Vinicius Ramos. **A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, vol. 12, nº 02. 2019, pp.472-490. Disponível no site: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22025>. Acessado em 26 de abril de 2021.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre Ética e Sociedade**. Rio de Janeiro: Vozes. 1995, pp.80-110.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Capítulo 03: o advento da interação mediada. Petrópolis: Ed. Vozes. 2011, pp.144-145.

TIKTOK. **TikTok reforça o valor da plataforma para as marcas no Brasil**. 2021, *in site*. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <https://newsroom.tiktok.com/pt-br/tiktok-reforca-o-valor-da-plataforma-para-as-marcas-no-brasil>.

TURKLE, Sherry. **Life on the screen: identity in the age of the internet**. Nova York: Touchstone. 1997, p.11.

VEJA, Revista. **Índia proíbe TikTok e mais 59 aplicativos chineses**. Publicado em 29 jun. 2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://veja.abril.com.br/mundo/india-proibe-tiktok-e-mais-59-aplicativos-chineses/>.

VELASCO, Ariane. O que é e como funciona o TikTok, a rede social que é a febre do momento. Publicado em 31 de Março de 2020, *in site*. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/tiktok-tudo-sobre/>.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 1998, p.45.

VIEIRA, Kalyne de Souza. **Net-Ativismo: Uma análise do movimento #Poenorótulo**. Universidade de Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016, p.04. Acessado em 26 de abril de 2021. Disponível no site: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3101-1.pdf>

WANDI, Wandi. **Social Media Tik Tok in Islamic perspective**. Palakka: Media an Islamic Communication, Indonesia, vol. 01, nº 01, jun. 2020, p.21. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://jurnal.iain-bone.ac.id/index.php/palakka/article/view/698/pdf>.

WANG, Yu-Huan; GU, Tian-Jun; WANG, Shyang-Yuh. **Causes and Characteristics of Short Video Platform Internet Community Taking the TikTok Short Video Application as an Example**. IEEE International Conference on Consumer Electronic. Taiwan. 2019. Disponível no site: https://www.researchgate.net/publication/339261601_Causes_and_Characteristics_of_Short_Video_Platform_Internet_Community_Taking_the_TikTok_Short_Video_Application_as_an_Example. Acessado em 26 de maio de 2021.

WEIMANN, Gabriel; MASRI, Natalie. **Nota de pesquisa: espalhando ódio no TikTok**. Studies in Conflict & Terrorism, vol. 43. 2020, pp.01-15. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1057610X.2020.1780027?journalCode=uter20>.

XU, Li. **Research on the causes of the “TikTok” app becoming popular and the existing problems.** Journal of Advanced Management Science. vol. 07, nº 02, Jun. 2019, pp.59-63. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: https://www.researchgate.net/publication/342357784_Research_on_the_Causes_of_the_Tik_Tok_App_Becoming_Popular_and_the_Existing_Problems.

ZHU, Chengyan; XU, Xiaolin; ZHANG, Wei; CHEN, Jianmin; EVANS, Richard. **How health communication via Tik Tok makes a difference: a content analysis of TikTok accounts run by Chinese Provincial Health Committees.** International Journal of Environmental Research and Public Health, vol. 17, nº 192. 2020, pp.01-13. Acessado em 26 de maio de 2021. Disponível no site: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31892122/>.